



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 082

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	0990
ADVOCACIA GERAL	0995

TAQUIGRAFIA

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 20 de maio de 2014

Presidência dos Srs.
LEBRÃO - 1º Secretário
HERMÍNIO COELHO - Presidente
ADELINO FOLLADOR - Deputado
EDSON MARTINS - 2º Vice-Presidente

Secretariados pelos Srs.
EPIFÂNIA BARBOSA - Deputada
ZEQUINHA ARAÚJO - Deputado
BRITO DO INCRA - Deputado

(Às 15 horas e 28 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Brito do INCRA - PSD, Carmem Gon (PRP), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN),

Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Prof. Stella (PR), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Edvaldo Soares (PMDB), Euclides Maciel (PSDB), Jaques Testoni (PSD), Marcelino Tenório (PRP) e Valdivino Tucura (PRP).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 25ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito à senhora Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Solicito à senhora Secretária proceder à leitura do expediente recebido.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 100/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Estabelece normas sobre o credenciamento de fábricas de placas e tarjetas para veículos automotores, no âmbito do Estado de Rondônia, junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO”.

02 – Mensagem nº 101/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 22.814.784,29, em favor das Unidades Orçamentárias Tribunal de Contas do Estado – TC e Fundo de Desenvolvimento

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI/TC”.

03 – Mensagem nº 102/2014 – Poder Executivo, solicitando o retorno da tramitação do Projeto de Lei objeto da Mensagem nº 359, de 19 de dezembro de 2013 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 4.815.775,00, em favor da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça – TJ”.

04 – Mensagem nº 103/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 57.169.900,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU”.

05 – Mensagem nº 104/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 300.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC”.

06 – Mensagem nº 105/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 790.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias Fundo Estadual de Saúde – FES e Superintendência Estadual de Turismo – SETUR”.

07 – Mensagem nº 106/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a aquicultura no Estado de Rondônia e dá outras providências”.

08 – Mensagem nº 107/2014 – Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção parcial ou total do ICMS nas operações realizadas por lojas francas instaladas na sede do Município de Guajará-Mirim e dá outras providências”.

09 – Ofício nº 646/2014 – Ministério Público do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a indenização de férias, pagamento de adicional de férias; altera a Lei Complementar nº 303, de 26 de julho de 2004, que dispõe sobre a modificação e reorganização do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia e dá outras providências”.

10 – Oficial Especial nº 004/2014 – Conselho Nacional do Ministério Público, encaminhando extratos das decisões proferidas pelo Conselho para fins de viabilizar o acompanhamento dos trabalhos realizados no Colegiado.

11 – Ofício nº 405/2014 – do Tribunal de Justiça, solicitando informações sobre a Lei nº 3.300, de 18 de dezembro de 2013, objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0003727-90.2014.8.22.0000.

12 – Ofício nº 0112/2014 – da Procuradoria Geral do Estado, solicitando, por força do Processo Judicial nº 0016815-32.2013.8.22.0001, cópia do processo legislativo da Lei nº 794, de 23 de novembro de 1998.

13 – Ofício nº 153 – do Conselho Estadual de Saúde, requerendo cópia da Ata e Áudio da Audiência Pública da Saúde, realizada no dia 13 de maio de 2014.

14 – Ofício nº 009/2014 – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária, encaminhando Indicadores de Agronegócios referente ao 4º trimestre do ano de 2013.

15 – Ofício nº 644/2014 – do Departamento Estadual de Trânsito, informando que celebrou o Convênio nº 14/2013 com a Prefeitura do Município de Cabixi.

16 – Ofício nº 638/2014 – do Departamento Estadual de Trânsito informando que celebrou o Convênio nº 12/2013 com a Prefeitura do Município de Jarú.

17 – Ofício nº 635/2014 – do Departamento Estadual de Trânsito, informando que celebrou o Convênio nº 15/2013 com a Prefeitura do Município de Alvorada do Oeste.

18 – Ofício nº 471/2014 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação Parlamentar nº 2115/14, de autoria da Deputada Epifânia Barbosa.

19 – Ofício nº 566/2014 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação Parlamentar nº 2189/2014, de autoria do Deputado Zequinha Araújo.

20 – Ofício nº 568/2014 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação nº 2234/2014, de autoria do Deputado Marcelino Tenório.

21 – Requerimento - dos Senhores Deputados Valdivino Tucura, Marcelino Tenório e Carmem Gon, comunicando que a liderança do Partido Republicano Progressista – PRP nesta Casa será exercida pela nobre parlamentar Carmem Gon.

22 – Requerimento – da Senhora Deputada Carmem Gon, justificando sua ausência na sessão do dia 14 do mês de maio de 2014.

23 – Requerimento – do Senhor Deputado Jaques Testoni, justificando sua ausência nas sessões dos dias 06 e 07 de maio de 2014.

24 – Requerimento – do Senhor Deputado Jean de Oliveira, justificando ausência nas sessões dos dias 16, 29 e 30 de abril de 2014.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lido o Expediente, passemos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Não há Oradores inscritos.

Registro a presença da senhora Dulcinéia Ramalho, Professora de Direito da FARO; também dos acadêmicos do 3º período de Direito da FARO; Excelentíssimos Senhores Vereadores Hamilton Cezar, Jânio Jaqueira, da Câmara Municipal de Ministro Andreazza e todas as pessoas que nos visitam nesta tarde.

Neste momento, suspendo a Sessão, por conveniências técnicas e por tempo indeterminado.

(Suspende-se a Sessão às 15h37min e reabre-se às 15h48min)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Gostaria que fossem incluídos na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 1.188/14 e o Projeto de Lei nº 1.249/14, ambos são da Educação, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Vale do Paraíso, Luiz do Hotel. Obrigado, Prefeito, pela presença. E do Senhor Leonel Onofre, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Espigão do Oeste. Vamos incluir na Ordem do Dia os dois projetos e vamos anunciar agora a Ordem do Dia.

Senhores Parlamentares, conforme preceitua a alínea “O”, inciso I do artigo 14 do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão: Projeto de Lei nº 1249/14 do Poder Executivo, Projeto de Lei nº 1188/14 do Poder Executivo, Projeto de Decreto Legislativo nº 180/14 do Deputado Brito do INCRA, Projeto de Decreto Legislativo nº 139/13 do Deputado Edson Martins, Projeto de Decreto Legislativo nº 170/14 do Deputado Lebrão, Projeto de Lei nº 1199/14 do Deputado Euclides Maciel, Projeto de Lei nº 1171/14 do Deputado Lebrão, Projeto de Lei nº 1058/13 do Deputado Cláudio Carvalho.

(Às 15 horas e 52 minutos, o Senhor Hermínio Coelho passou a presidência ao Senhor Adelino Follador).

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Com a palavra o Presidente desta Casa, Deputado Hermínio Coelho, por 20 minutos, com apartes, nas Comunicações de Lideranças.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Boa tarde a todos. Cumprimentar o Deputado Adelino Follador, cumprimentar a Mesa, os Deputados que estão aqui no Plenário, cumprimentar os servidores, cumprimentar todos os estudantes que estão presentes, os Prefeitos, os Vereadores, a imprensa.

Eu vim hoje à tribuna para falar de uma obra que está acontecendo ali na estrada do aeroporto, ali na Avenida Jorge Teixeira, uma obra que é do Governo do Estado, uma obra que eu pedi, inclusive eu acho que nós vamos votar hoje o requerimento, a gente está pedindo todas as informações, o valor exato da obra, mas por uma placa que se encontra lá no local, é mais de vinte milhões. E eu pergunto aqui aos Deputados e pergunto aqui à nossa população, ao povo que está presente aqui: primeiro, quem foi que pediu aquela obra? Qual foi o cidadão porto-velhense ou rondoniense que pediu aquela obra? E aquela obra pode até ter as suas utilidades, eu não vou dizer que seja uma obra inútil, ela tem a sua serventia e ela poderia até ser feita, mas antes de fazer aquela obra tinha mil prioridades mais necessárias nesta cidade que o povo clama toda hora por solução. Essa cidade aqui tem pontos de alagação e de esgoto a céu aberto em todo canto e você não vê uma obra, você não vê uma manilha. Aí, lá naquele espaço bonito, inclusive plantaram árvores, há pouco tempo fizeram a maior plantação de árvores na cidade de Porto Velho lá naquela avenida, aí foram lá, arrancaram todas as árvores que tinham plantado e colocaram manilhas. Eu nunca vi tanta parafernália de cano e de manilha, aí dizendo “não, aquela obra ali vai parecer a obra que houve lá na capital do Acre, Rio Branco, o Canal da Maternidade.” É brincadeira o cara comparar aquela

obra ali com a obra do *Canal da Maternidade* de Rio Branco, não é possível comparar, não existe a menor condição de se comparar aquilo ali. O que eu sei, o que eu sei e o que eu vou denunciar no Ministério Público, que eu vou, depois que a gente tiver as informações a gente vai pedir uma CPI nesta Casa, o que eu sei mesmo de verdade é muita mutreta, Deputado Adelino, que tem naquela obra, inclusive ali é uma quadrilha, que faz parte da quadrilha o Governador, o Secretário de Obras que hoje está afastado para ser candidato a Deputado federal, mas continua mandando lá no DER, o Senhor Lúcio Mosquini, e também a gente tem informação que a empresa também tem no mínimo sociedade com a família Testoni de Ouro Preto, está incluído inclusive o nosso colega Deputado Jaques e o Prefeito de Ouro Preto Alex Testoni. Deputado Cláudio Carvalho, eu pergunto, eu pergunto, com aqueles quase trinta milhões que eles vão, que eles não vão enterrar, eles não vão enterrar, eles vão botar no bolso, enterrar é outra história, enterrar eles não vão enterrar, aqueles quase trinta milhões daquela obra dava para nós resolvermos o problema de todas as pessoas que foram atingidas pela cheia do Madeira, a gente dar dignidade a todas essas pessoas, tinha como nós tirarmos todo mundo do Triângulo e indenizar, indenizar, indenizar de forma justa, tirar todo mundo desta área tanto do Nacional, do São Sebastião I e II e aqui do Triângulo, as pessoas que moram próximas à beira do rio que foram atingidas pela cheia, tinha como tirar todos indenizando de forma justa para que essas pessoas fossem morar em bairros tipo poderia ser JK, 4 de Janeiro, Caladinho, São Sebastião, enfim, bairros longe, e as áreas onde foram alagadas a gente faria, criaria espaços de parques, lagos. Aqui mesmo no Triângulo, o Cai N'Água ali, tudo ali tem que sair dali, nós temos que fazer ali um grande parque, arborizar, lago para criar tartaruga, jacaré, qualquer bicho, menos gente, não tem como o povo morar para daqui a um ano, dois anos vir outra cheia e vem todo aquele sofrimento de novo. Agora, o que foi que eles fizeram? Vê se tem um centavo desse Governo para indenizar de forma digna um atingido pela cheia, não tem um. Lá com os atingidos eles estão ganhando dinheiro superfaturando cesta básica e marmiteix dando comida àquelas pessoas que estão debaixo daquelas lonas ali no Parque dos Tanques, que aquilo ali parece um inferno, eu nunca fui ao inferno, não, mas o inferno com certeza não é menos quente, aquilo ali não é menos quente que o inferno aquelas barracas onde as famílias ficam debaixo ali 24 horas. Eu ouvi dizer que a comida, Deputada Epifânia, Deputado Adelino, eu ouvi dizer que são cinquenta reais por dia para cada refeição daquela, cada refeição daquela diz que custa cinquenta reais por dia. Pode ver, meu amigo, que estão, pode ver não, é certeza absoluta que como sempre estão ganhando dinheiro com a desgraça dos outros, das pessoas simples e pobres.

Eu estava olhando, eu fico olhando, nós, na época da eleição, na eleição passada, quantos de nós não fomos ao Triângulo, São Sebastião, na Balsa, Nazaré, São Carlos, pedir voto para aqueles ribeirinhos, prometendo mundos e fundos para eles. “Ah, se eu for eleito vou fazer escola, vou fazer asfalto, vou fazer creche”, fazer tudo, aí hoje eles estão naquela situação ali que só Deus por eles, porque estão enganando aquele povo ali, não vão, até agora não existe um projeto

neste Estado, nem da Prefeitura e nem do município para tirar o pessoal daquela situação para indenizar ou então construir moradias em lugares seguros para aquelas famílias morarem. Que o ideal não seria construir, o ideal seria indenizar. Chega lá, quanto custou a casinha da família lá do São Sebastião ou no Triângulo? Ah! Custa X. Então está aqui, é oitenta mil, é cem mil, então está aqui cem mil e você já patola o barraquinho, derruba, indeniza e a família vai para onde ela quiser ir comprar uma casinha, porque isso dá para ela comprar uma casinha em outro lugar, é indenizar de forma justa para ela poder comprar uma casa em outro bairro de Porto Velho, um bairro aonde não alaga. Isso que seria a solução, sem muita politicagem, sem muita enrolação. Nazaré e São Carlos teriam que fazer a mesma coisa que foi feita com a Nova Mutum, só era pegar, é barato construir uma nova Nazaré planejada lá, mais acima, São Carlos da mesma forma, mas vê se eles vão fazer isso? O povo do Joana D'Arc, o povo do Joana D'Arc está lá, foi todo expulso de lá pelas enchentes, pela cheia foram expulsos, estão no INCRA, estão ali debaixo das lonas ali no INCRA, foram expulsos porque não têm como ficarem lá, as terrinhas deles que foram dadas pelo INCRA foram invadidas pela água das usinas, das cheias e das usinas, do lago das usinas. Aí as usinas dizem que não indenizam, Deputada, os moradores do Joana D'Arc I e II, não indenizam porque não estava dentro dos estudos, porque nos estudos do IBAMA, aquela região lá não era afetada pelas usinas, por isso não tem indenização, e as pessoas estão lá, não estão lá porque não podem ficar, a terrinha deles lá está coberta de água, aí diz que não indeniza porque o estudo diz que lá não era afetada, precisa de estudo se as terras das pessoas estão debaixo d' água as terrinhas onde eles plantavam o ganha pão deles, o alimento deles. Precisa de estudo? Não precisa de estudo. Só é chegar lá e dizer: Não, nós temos que tirar as pessoas daqui, porque o próprio INCRA que deu a terra para eles plantarem, como é que você vai plantar dentro d'água, se as terrinhas dele estão debaixo d'água? Mas não, as usinas dizem: u não tenho responsabilidade nenhuma porque eu só indenizo o que o IBAMA dizia que ia ser, aonde o IBAMA, os tais dos estudos, os técnicos ambientais, aonde diziam que eram afetados, eles indenizavam; aonde não, não indeniza. A mesma coisa o Triângulo. O Triângulo, eles diziam que ali as pessoas não iam ser afetadas, porque se tivessem dito que eram afetadas, as usinas tinham indenizado eles, como indenizou, as usinas indenizaram várias famílias, que resolveu o problema, e por que não resolvem dos restantes? Mas não, ninguém está nem aí, Governo do Estado não tem moral para cobrar do Governo Federal e das usinas para que cumpram as obrigações deles com essas pessoas, o Governo do Município também não, e estão enrolando com negócio de *Minha Casa, Minha Vida*, que para muitos é minha Casa, meu pesadelo, que nunca vão ganhar casa desse Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Primeiro porque os programas que tem, as pessoas que estão inscritas, Deputado Cláudio, nesse programa *Minha Casa, Minha Vida* aqui em Porto Velho são pessoas que não são do Triângulo, nem do Nacional e nem do São Sebastião I e II, são pessoas que nunca tiveram casa em Porto Velho, que estão cadastradas nesse programa aí desde 2009, se eu não me engano, que foi quando o Presidente Lula lançou o *Minha Casa, Minha Vida*.

Roberto Sobrinho, na época a Prefeitura cadastrou milhares de pessoas para ganharem essas casas do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, aí ficam dizendo que essas pessoas que estão debaixo das lonas, que nunca se inscreveram no Programa *Minha Casa, Minha Vida* vão ganhar casas, vão ganhar agora, Deputado Cláudio? Não vão. É mentira, é mentira. Primeiro, as casas não saem, porque aqui em Porto Velho eu não sei que desgraça é essa que o Governador e o Prefeito não conseguem terminar uma casinha daquelas, parece que é um castigo que tem, que eles não conseguem terminar uma casinha *Minha Casa, Minha Vida* aqui de jeito nenhum, é um negócio terrível, eu nunca vi. E o pior, quando sair, meu amigo, tem milhares, tem o povo da Rodoviária, que foram expulsos de lá e estão esperando essa casa há quantos anos. Aí é como eu falei: é muita enganação, é muita pilantragem. Aí você vê, o cara joga trinta milhões ali na estrada do Aeroporto, ali é como, eu lhe falei, é uma afronta, é uma afronta, esse Governador junto com esse Secretário e mais alguns criminosos que fazem parte desse Governo, Deputado Brito, meu amigo, tinha que ser, esses caras tinham que pegar, tinham que ir para a cadeia, quem faz isso com o povo, quem faz uma maldade dessas com o povo tinha que sofrer alguma consequência. Agora, sabe qual a consequência que eles vão sofrer? Vão fazer lá a obra, não sei nem se vão conseguir terminar, vão encher os bolsos de dinheiro, que não é pouco que vão roubar daquela obra, e fica tudo por isso mesmo. E fica tudo por isso mesmo como ficaram os viadutos. Os viadutos estão lá, tem alguém processado ou na cadeia por causa dos viadutos? Pegaram quinhentos e tantos milhões aqui da água e do esgoto, tem alguém processado ou na cadeia? Porque desde 2007 que tem quinhentos milhões na Caixa Econômica para fazer, levar esgoto para todas as casas desta cidade. Não levaram para nenhuma casa ainda. Tem alguém processado ou preso por isso? Não tem, não tem. Agora, um miserável que às vezes por consequência desse tipo de político faz alguma besteira na vida, na hora vai parar na cadeia, vai lá para o Urso Branco sofrer as consequências. Agora, os vagabundos da política, que são os próprios criminosos que tem neste país, eles é que nos põem na cadeia, eles são quem nos põem na cadeia, porque quem vai para a cadeia depois vai ser eu, eles vão me pôr na cadeia porque tem uma polícia, botam um bandido lá para ser Secretário de Segurança, aí vai na casa das pessoas que não têm nada a ver, prender filho e fazer isso e mais aquilo.

Eu só digo uma coisa para vocês, tem gente que tenta me diminuir, me diminuir dizendo que eu sou um analfabeto, que eu sou um louco, que sou isso, que sou aquilo, e que eu como Presidente desta Casa não podia usar esse palavreado, eu tenho que usar um palavreado diferente, eu tenho que chamar esse tipo de gente de Vossa Excelência e talvez puxando o saco deles ou batendo palmas para eles. Mas eu vou dizer uma coisa para vocês, não faz nem medo, não faz nem medo, eu sei que Deus não vai me castigar por isso, não faz nem medo. Um dia, por mais bonito que eu fale, por mais culto que eu seja, eu fale palavras bonitas para esse tipo de gente, vagabundo você tem que tratar como vagabundo, principalmente os vagabundos da política. Porque nós, você errar, você cometer erros, cometer falhas, é uma coisa, nós

todos somos seres humanos, somos capazes de errar. Agora, você ser criminoso pensando que nem esses caras são, aí não dá mais para a gente aceitar, porque o que eles fazem conosco, o que eles fazem com a gente é subestimar a nossa inteligência, achar que nós somos tudo um bando de babaca e idiotas e cometem esses crimes, porque aquilo ali é tipo um BERON da época atrás, é tipo os viadutos ou até pior esses tipos de obras superfaturadas, caras e que não têm essa serventia toda. Esses trinta milhões ali, nós tínhamos mil coisas nesta cidade ou em outra cidade deste Estado para fazer de mais utilidade para o nosso povo, tinha tanta coisa para nós fazermos. Chega às vezes o Prefeito, chega aqui o próprio Pimentel, nós estamos comprando ambulâncias para os municípios porque o Estado e os municípios não têm ambulâncias. Agora, trinta milhões para jogar numa mutreta, que aquilo ali é uma mutreta, aquela obra ali, Deputado Cláudio, com um milhão de reais faz, aquelas quadrinhas que eles vão fazer lá, com um milhão de reais você faz, são quase trinta milhões, quase trinta milhões. Aí é como eu falei: a minha luta, a minha luta é que um dia esses criminosos, esses tiranos, que isso é tirania pura, isso, meu amigo, o cara que faz isso com o povo não tem o mínimo, Deputado Adelino, essas pessoas, Deputado Adelino, não têm o mínimo de respeito a ninguém, Deputado Adelino, isso é perversidade, meu amigo, você pagar o dinheiro do Estado ou do Município aonde falta tudo para o povo, até o básico, e você investir trinta milhões em uma obra daquela dali. O povo vai caminhar lá, o povo já caminha lá, as pessoas já vão lá, essa semana mesmo eu fui lá em cima e voltei, eu fiquei mais doente quando eu vi aquelas placas lá e aqueles valores. Eu, para falar a verdade, eu fiquei mais injuriado e nunca mais eu voltei lá.

Eu ia começar a caminhar todo dia, eu vi aquele absurdo lá eu digo: isso aqui é nojento. Fui ao Ministério Público ontem, denunciei, denunciei, apesar que o nosso Ministério Público, eu vou começar já a criticar o nosso Ministério Público, porque, meu amigo, quando se denuncia um Vereador, um Deputado, rapidinho a coisa anda. Agora, meu amigo, você acusar esse pessoal, principalmente esse Governo do Estado, meu amigo, não dá nada contra os caras, não dá nada. Eu vou falar o mesmo que eu falava da Prefeitura. Eu não acredito que até o final desse mandato do Confúcio, pelo menos o cunhado não vá para cadeia; pelo menos o cunhado, porque se não for, Deputado Adelino, eu vou passar, porque tem pessoas que falam, eu não tenho medo de nada, só tenho medo do castigo de Deus. Eu não tenho medo de Juiz, nem de Promotor e nem de ninguém. Dizer assim, por que eu tenho medo? Ele é homem igual a mim e tem falhas igual a mim e tem mérito igual a qualquer um. É como eu falei, se a Justiça não começar a fazer o papel dela, eu vou começar a criticar também a Justiça porque ela tem que valer para o Francisco, para o Chico do mesmo jeito que vale para o Francisco. E aqui parece que para o Executivo o trem não pega, porque pegar as maracutaias que nós temos visto esse Governo fazer, comprovado, e essa obra é mais uma, eu vou provar que eles vão roubar mais da metade desses trinta milhões ali, eu vou provar, nós vamos provar, porque não precisa ser engenheiro, não, Deputado Cláudio, porque se vocês verem, não precisa ser engenheiro, que aquilo ali é uma mutreta das grandes e está envolvido o Lúcio Mosquini, Lúcio Mosquini

que está, diz que tem um caminhão de dinheiro para gastar na campanha para Deputado federal, e a família Testoni que também eu tenho informação que está atolado até o pescoço ali naquela obra. E nós vamos descobrir quem são os criminosos que fazem parte daquele esquema e vamos denunciar na Justiça e pedir a Deus e a Justiça que puna essas pessoas perversas que fazem mal às pessoas, vamos parar de fazer mal, porque se pelo menos eles não fizessem nada de bom, mas eles fazem é mal mesmo, se os nossos políticos fossem só ruim, não esse daí é ruim, não faz nada, era bom demais, eles conseguem fazer muita maldade contra todo o povo deste Estado e desta cidade. E faz bem para quem? Faz bem para a família e para alguns bancadores de campanha deles, porque o restante está sofrendo e o nosso Estado está aí, infelizmente, quebrado.

Obrigado, peço desculpas a alguns, mas, infelizmente, eu não tenho como, enquanto esses políticos não criarem vergonha e começar a respeitar o povo e fazer obras bem feitas e com valor justo e obra de prioridade, vamos escolher as prioridades das prioridades, eu não vou parar de xingar políticos que mentem tanto e enganam e roubam o povo.

Obrigado, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Quero aqui registrar a presença do Dr. Marcos Antônio de Farias, Secretário Chefe da Casa Civil; também o Gilvan Ramos de Almeida, Secretário de Estado de Finanças, e mais uma vez registrar aqui a presença e agradecer a presença dos Acadêmicos do 3º período de Direito da FARO. Parabéns, para nós é uma satisfação, é um prazer tê-los aqui na Assembleia hoje. Gostaria de anunciar a próxima Deputada. Deputada Epifânia, vinte minutos, com apartes.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Boa tarde a todos, cumprimentar a todos; cumprimentar aqui todos os Deputados em nome do Presidente em exercício, Deputado Adelino, a imprensa, todos os acadêmicos aqui da FARO, os professores que participam dessa Sessão, não vou utilizar os vinte minutos porque não é necessário.

Eu só gostaria, Presidente, Deputados aqui, de trazer informação que na última sexta-feira foi encerrado o Seminário que foi organizado pelo Governo do Estado sobre esse novo momento, que é o momento de restabelecimento de projetos para reconstrução pós-enchente do rio Madeira para utilização dos recursos da calamidade pública que foi decretada pela Presidente Dilma para assegurar os reparos aqui no Estado de Rondônia que envolve aí aproximadamente 13 municípios. E nós participamos, enquanto componente da Frente Parlamentar, basicamente do eixo que tratou da inclusão social e dos projetos de infraestrutura. Dizer que em relação, principalmente algo que nos preocupava bastante, que é a questão da educação, que há mais de 100 dias praticamente que nós já estamos nesta situação das enchentes e as aulas não haviam começado, eu quero até parabenizar aqui o Ministério Público pela ação civil pública que apresentou para que fossem imediatamente retomadas as aulas, a gente entende que num primeiro momento as escolas foram a saída para poder tirar os atingidos pela cheia da situação de risco que estavam em suas propriedades, mas já havia se passado muito

tempo e esse dano ele já estava ultrapassando, atingindo aí mais de 20 mil alunos que estavam sem ter aula até o presente momento. Como esta Casa também aprovou semana passada a Bolsa-Auxílio para que as pessoas que estavam ainda resistindo em sair das escolas e com toda a razão de não ir lá para as tendas que é um espaço realmente inadequado para receber as pessoas, eles estavam resistindo, a gente espera que agora com aprovação dessa Lei que a gente encaminhou semana passada, o Governo possa repassar para esses desabrigados que estão nas escolas para que eles possam fazer uso dessa Bolsa-Auxílio e sair imediatamente das escolas para que a gente possa retomar o início das aulas.

A Educação, todo mundo fala que é algo importante, os acadêmicos estão aqui, principalmente em período de campanha, mas para gente que vivencia isso, eu que sou professora, a gente sabe que realmente a Educação ela é a única oportunidade, principalmente para aqueles que são menos favorecidos economicamente, de se poder melhorar a qualidade de vida da sua família no futuro e o Estado de Rondônia neste momento ele está negando esse direito à população, a gente sabe que as pessoas atingidas elas precisam ter esse socorro, mas a gente já está no período de restabelecimento, a gente já saiu do período de socorro e emergência, então já era para nós termos solucionada essa situação e infelizmente nós estamos aí, só falta agora praticamente 100 dias de dias letivos e é muito difícil a gente recuperar, a gente pode até recuperar as horas, mas conteúdo é muito difícil, é muito complicado, eu tenho ouvido que nós vamos recuperar o ano letivo trabalhando em horas em dois períodos. Como é que se vai trabalhar em dos períodos se as escolas são ocupadas de manhã, de tarde e de noite e os poucos espaços que nós tínhamos eles já atendem a outras situações no caso, por exemplo, das escolas que trabalham em tempo integral, que são poucas, mas já atuam nesse sentido.

Então, eu não estou conseguindo visualizar qual será a mágica que nós vamos assegurar um direito constitucional que são 800 horas e 200 dias letivos, mas pelo menos agora com essa ação do Ministério Público, eu espero que a gente possa, aquelas escolas que são 24 que ainda estão paralisadas, e eu falo 24 só na área urbana só do Estado, fora as municipais e fora as rurais e ribeirinhas, que essas daí a gente nem tem previsão para iniciar que pelo menos essas, a gente possa iniciar aí imediatamente. E nesses projetos que foram discutidos no Seminário, foi assegurada a ordem de 50 milhões de reais para a reforma dessas, aproximadamente, 50 escolas que foram atingidas, seja diretamente pela subida das águas ou aquelas que serviram de abrigo.

Então, só para questão das escolas no processo de reconstrução foram assegurado 50 milhões de reais. Considero também pelo menos provisória uma vitória que nós tivemos nesse Seminário porque não havia, Deputado Cláudio, sido assegurado nesse Seminário para restabelecimento e reconstrução dos espaços atingidos, a questão da cultura, como se a cultura não tivesse sido atingida pelas enchentes e quando a gente fala cultura, eu gosto de registrar aqui que a cultura não é só o bem material como é o caso da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que foi bastante explorada pela imprensa,

que a água atingiu praticamente até a metade dela, isso foi algo visualizado pela população. E infelizmente, dizer aqui também que a Estrada de Ferro, o rio Madeira toda vida esteve ali, e a falta da educação que a gente se refere aqui ela dá essa situação, as pessoas só conseguiram olhar o nosso patrimônio, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré quando ela foi invadida pelas águas, como se realmente ela não tivesse um histórico, ela não tivesse uma beleza, como se o rio Madeira não fosse a nossa fonte de vida aqui no Estado. E eu nunca vi a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré com tantas pessoas visitando frente a uma situação de calamidade pública. E infelizmente isso é decorrência da nossa realmente falta de educação. Quando eu digo a falta da educação é em termos de escolarização, é em termos de conhecimento, a gente vai olhar uma coisa num período de uma desgraça. Mas em valorizar o nosso patrimônio às vezes a gente não consegue ver isso no dia a dia. E isso que a gente trouxe também para o seminário esse debate, essa discussão, que a gente pudesse visualizar, além do patrimônio físico que foi atingido, mas também as nossas manifestações culturais, como foi que a gente não tem ainda a certeza se a *Flor do Maracujá* acontecerá e a justificativa ela está em decorrência de que todos os recursos foram remanejados para atender os desabrigados, para atender outras situações. O Carnaval, que é uma manifestação popular histórica tradicional, também foi cancelado em razão disso. A Festa do Divino a mesma coisa, o Duelo da Fronteira em Guajará-Mirim também já foi cancelado.

Então, são manifestações, são patrimônios materiais e imateriais que nós temos que foram atingidos por esse período da enchente e não havia se incluído nessa discussão do seminário. E nós asseguramos esse debate e também os recursos e a formação dos nossos artistas dentro desse processo de restabelecimento e reconstrução dentro do seminário que apresenta os projetos para receber os recursos da calamidade pública. Eu vou dar um exemplo aqui também muito nosso, que é patrimônio nosso mesmo, não sei se vocês conhecem o distrito de Nazaré, que ficou completamente debaixo d'água, lá nós temos um grupo musical de meninos e meninas daquela localidade chamado *Minhas Raízes*. E esse grupo *Minhas Raízes* todo instrumento musical dele é feito com os atributos da floresta. Então, tudo que tem de bem da floresta, eles conseguem fazer lá os seus arranjos, os seus instrumentos musicais. E toda a composição deles retrata a nossa história de vida, principalmente aqui no município de Porto Velho, na população beiradeira, na nossa população ribeirinha e todo esse patrimônio também foi para debaixo d'água, a gente não pode esquecer essas questões. E nós fizemos questão de assegurar aqui nesse seminário, principalmente na instalação do fórum para que essas coisas não se percam. E eu queria aqui trazer para esta Casa, principalmente para os membros da Frente Parlamentar dos atingidos pela cheia que nós pudéssemos, Deputado Cláudio, Deputado Adelino Follador, que nós pudéssemos a partir de agora nessa Comissão transformá-la em processo de fiscalização desses projetos que foram encaminhados para Brasília. Assim que nós tivermos a aprovação que são inúmeros projetos, são quase cem projetos que foram encaminhados da ordem de quase quatro bilhões de reais.

Então, nós aqui, toda a Casa obviamente, todos os Deputados deverão fiscalizar esses recursos, mas principalmente quem compõe a Frente Parlamentar, que a gente possa aí se dividir nesses projetos, nessas áreas, nesses eixos temáticos e a gente fiscalizar isso, porque realmente é um volume de recurso muito alto e que nós precisamos assegurar que esses recursos cheguem não só às pessoas diretamente atingidas, mas às indiretamente, como é o caso dos alunos que as aulas foram suspensas e esses nossos produtores culturais que fazem o registro da nossa história aqui no Estado de Rondônia.

Era basicamente isso que eu queria aqui compartilhar com os senhores e com as senhoras para que a gente possa a partir de agora assegurar que o restabelecimento da nossa condição social e principalmente que esse nosso processo futuro de reconstrução que ele venha acontecer com toda a legitimidade e com toda a eficácia possível. Obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Pelas Comunicações de Lideranças ainda, Deputado Cláudio Carvalho, por vinte minutos, sem apartes.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente ora em exercício, eminentes Deputado Adelino Follador, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa Diretora, funcionários da Casa, em nome do Manvailer cumprimento a todos, cumprimentar a imprensa aqui presente, a imprensa da Casa; cumprimentar o jornalista Eliel, que está ali na plenária; cumprimentar o Rubens, do Rondoniense, também aqui nos escutando neste momento; cumprimentar o Deputado Brito aqui no Plenário; cumprimentar todo o público aqui presente e em especial os alunos da FARO, a Sara, minha sobrinha que estou vendo ali juntamente com seus colegas, obrigado por vir aqui visitar esta Casa, isso é um espaço do povo que muitas das vezes do povo fica só na teoria. Mas é muito bom quando na prática se vê lotada aqui esta Assembleia, seria bom que sempre fosse assim.

Enfim, o Presidente Hermínio falou num tema, questão da obra do Parque Circuito. Eu até digo, eminente Deputado Brito do INCRA, eu acho que a obra é necessária. Tem outras prioridades? Tem, mas se precisa de um lugar para caminhar, dar um espaço bonito, eu acredito que é necessária essa obra. Agora, se é da maneira que o Deputado está colocando, que eu não duvido, eu acredito que o Deputado tem razão do exagero ali de recurso para uma obra tão simples. Eu acho que precisa ser investigado, ele já pediu, segundo o eminente Deputado Hermínio, já solicitou via requerimento informações que possam nos embasar para que a gente possa fazer uma fiscalização e saber se o verdadeiro custo dessa obra é o que está sendo executado ou se tem superfaturamento como denuncia o Deputado Hermínio. E eu já vi em outras oportunidades ele fazer essa mesma denúncia num canal de televisão aqui no Estado. Portanto, é interessante a gente solicitar essas informações e quando tiver aqui na Casa também vou tentar acompanhar para que a gente possa fazer essa fiscalização e fazer com que essa obra aconteça, mas se ocorrer que aconteça em padrões normais do serviço público.

Outro assunto, eminente Deputada Epifânia, a questão do Joana D'arc. O Joana D'arc é um assentamento do INCRA,

Deputado Brito do INCRA, que fica na margem esquerda do rio Madeira e parte eu acho que da Linha 11 para lá. E parte delas, foram inclusive eu acho que 114 famílias, foram indenizadas pelas Usinas, o restante não foi. Mas mesmo não sendo indenizada, lá ficou impossível de morar alguém e principalmente de produzir alguma coisa na agricultura. E eu fiz uma fiscalização no ano passado, é capaz de plantar alguma coisa e se nascer a gente puxar e perceber que está solto da terra aquela planta, que nada tem condição de produzir. E isso já é público e notório, já tem manifestação aqui em Porto Velho que já tem mais de um ano dessas famílias que sofrem com aquela situação. E agora por último aí visitei cerca de cento e poucas famílias que estão alojadas lá no INCRA, em barracas, e eles colocaram que já tiveram reuniões, inclusive com o Governo lá em Brasília, o Presidente da CUT esteve lá, o INCRA de Rondônia esteve lá, o representante do INCRA, os Deputados. E ficou acertado vinte quatro milhões de reais para assentar aquelas famílias, parece que trezentas e poucas famílias que estão com esse problema da inundação da terra do Joana D'arc e já faz nove meses que esse recurso foi colocado à disposição de Rondônia. E infelizmente ainda o INCRA não conseguiu comprar um pedaço de terra que pudesse assentar essas famílias.

Eu tive uma reunião com o Superintendente do INCRA e o Deputado federal Anselmo de Jesus, com as lideranças desse movimento e eu até acho que o Superintendente do INCRA, o Flávio, aqui em Rondônia está provido de boas ideias, mas o problema é o excesso de burocracia que é tanto que aquelas familiares sofrem jogadas debaixo de uma lona há mais de nove meses, com 24 milhões à disposição para comprar as terras e ainda essas terras não chegaram de fato às mãos das pessoas que precisam, que de fato é de direito daquelas pessoas, após serem colocadas à disposição.

O Sr. Brito do Incra – Permita-me um aparte, Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Eu concedo um aparte ao eminente Deputado Brito.

O Sr. Brito do Incra – Eu agradeço. E quando se trata de um assunto que eu tenho pleno conhecimento até de tudo o que aconteceu desde o início, agradeço a Vossa Excelência por me conceder um aparte.

Eu quero dizer o seguinte: na realidade, Deputado, o que tem acontecido com relação ao pessoal do Joana D'arc é um verdadeiro descaso, essa é a palavra com aquelas famílias. Aqui não se trata de famílias que foram, simplesmente, alagados seus lotes, não. Eles estão passando até necessidades de alimentação. O problema é que as famílias que estão sendo atingidas, a Deputada Epifânia está, aí ela sabe do que eu estou falando com relação às famílias que foram atingidas pelas chuvas; as famílias do Assentamento Joana D'arc elas foram atingidas não foi indiretamente, não, foi diretamente pela alagação, pela enchente do rio Madeira. Ali tem duas agravantes: a enchente e o problema que já vinha ocasionando com os proprietários, com os assentados do PA Joana D'arc.

Como Vossa Excelência colocou, foram 172 famílias inicialmente indenizadas e depois foram mais 37 famílias, e lá foram assentadas mais de 1.200 famílias. Então, lá tem uma grande quantidade de pessoas no total de 266 famílias, que estão lá cadastradas para sair, que não têm como ficarem, os estudos já foram feitos e eles estão lá à margem de uma situação que não tem saída em caráter emergencial, em caráter rápido para resolver aqueles problemas.

O problema todo, Deputado, é o seguinte, igual Vossa Excelência falou do nosso Superintendente Flávio, ele tem boa vontade, o problema todo é que a burocracia neste país, desde dezembro que o Presidente do INCRA sinalizou com 24 milhões de reais para adquirir uma terra para assentar esse remanescente de 266 famílias, mas até agora o processo não foi concluído e essas famílias estão lá, debaixo da lona, sem saber para onde vão. Então, eu estou aqui colocando com Vossa Excelência, a culpa não é nossa, a culpa não foi de Rondônia, a culpa é da burocracia que lamentavelmente nós não conseguimos finalizar, o INCRA não conseguiu finalizar este processo ainda. Estou, realmente, solidário com vosso pronunciamento. E dizer que lamento muito esses agricultores estarem passando pela forma que eles estão passando. E, se aqui ficar gravado a minha fala, obviamente a minha discordância com o que está acontecendo, eu atribuo 100% do que está acontecendo à Usina Santo Antônio, por não ter dado sequer, e nem atendido sequer aqueles agricultores que estão com problemas e, segundo eles, eles não têm mais o que fazer, porque quem deveria ser indenizado, segundo eles, já foi indenizado, nem sequer recebeu esses agricultores para que desse a eles pelo menos assim uma, por exemplo, uma possível regularidade do que vai acontecer com eles. Então, a Usina Santo Antônio, lamentavelmente, mais uma vez errou em não atender essas 266 famílias. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu agradeço o aparte do eminente Deputado Brito, Vossa Excelência contribuiu muito para esta discussão. E para encerrar este assunto, digo que enquanto há essa dúvida de quem é a culpa, tem uma coisa que não há dúvida: o sofrimento daquelas pessoas que saíram dali, estão com filhos pequenos, muitos idosos, e inclusive, agora, na quarta-feira passada, na quinta-feira passada deu um surto de dengue lá no acampamento, lá montado dentro da estrutura do INCRA, com quatro, cinco crianças com dengue, inclusive uma delas com dengue hemorrágica.

Apresentei o requerimento pedindo que a Prefeitura de Porto Velho coloque médico e toda a equipe para fazer exame dessas pessoas, correndo risco até da gente vir a perder alguma criança acometida desta doença. Mas também gostaria de complementar, aqui, o pessoal que veio do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Espigão do Oeste. Os companheiros Leonel, Jacaré, Leônidas e Saracura que aqui estão presentes, que vieram pedir socorro para que a gente pudesse intervir aí junto à Superintendência do BASA, isso é a Superintendência do Banco do Brasil, para atender os agricultores daquela região de três grandes assentamentos, e tenha a certeza que esse Gabinete vai colocar toda a nossa estrutura para fazer uma conversa.

Já apresentei um requerimento aqui, hoje, também, encaminhado às duas Superintendências das duas agremiações bancárias para que a gente possa encaminhar a luta e o clamor de vocês para que tenham acesso a recursos do Governo Federal que está, aí, aprovado pela Lei desde o dia 30 de dezembro do ano passado e, até agora, essas pessoas não têm acesso devido ao excesso de burocracia da Superintendência, sobretudo, e nós vamos fazer com que tirem essa trava e que esse recurso possa chegar à mão de vocês para ajudar a desenvolver Espigão do Oeste e o nosso Estado.

Também, ainda, queria fazer uma denúncia, Deputado Edson Martins. Porto Velho recebeu recurso do Governo Federal para construção de duas UPAs, as Unidades de Pronto Atendimento. Isso acerca de quatro, cinco anos, uma delas já foi inaugurada na Zona Sul aonde virou uma extensão do João Paulo II, e que de forma muito boa, adequada, está ajudando a desafogar o João Paulo II. A outra que foi construída aqui em Porto Velho, lá no bairro Mariana, já está pronta acerca quase de dois anos, foram quase cinco milhões de reais investidos nesta obra, eminente Deputado Brito. Está dentro do mato há quase dois anos, pronta a Unidade de Saúde e a gente não vê por parte do Governo do Estado nenhuma solução para que venha diminuir o sofrimento das pessoas da Zona Leste aqui de Porto Velho, colocando aquela UPA para funcionar. É a segunda vez que me dirijo a esta tribuna para fazer esta denúncia, e vou fazer todos os dias que subir esta tribuna até que a gente venha ver do Governo do Estado qual é o encaminhamento que a gente vai dar para aquela Unidade de Saúde, que custou cerca de quase cinco milhões de reais, está lá jogada dentro do mato, no matagal e nem foi sequer inaugurada. Isso nós não podemos aceitar, uma obra aqui em Porto, em Rondônia, tem essa situação, algumas obras não são concluídas e outras que são concluídas não são inauguradas, enquanto isso estão aí os hospitais tanto de Base como o Hospital João Paulo, como as Policlínicas aqui em Porto Velho, lotadas, e aí um espaço tão grande, bonito, o que era novo já está praticamente velho, depois de dois anos, e ainda não foi inaugurado.

E, por fim, gostaria de falar da obra do esgotamento sanitário, e aqui tem vários estudantes de Direito, e uma obra, Deputado Brito, uma das obras mais importantes de uma cidade, seja ela pequena ou média ou de grande porte é o esgotamento sanitário, porque através do esgotamento sanitário que a gente venha a ter, o esgotamento sanitário pronto, correto, tratado, que a gente vai conseguir dar uma diminuição no problema da saúde do nosso Estado. E o Presidente Lula, ainda no ano de 2.008, mandou para Rondônia, em especial para fazer esgotamento sanitário em Porto Velho, recursos na ordem de setecentos e noventa milhões de reais e mais trezentos e doze milhões de reais para colocar a água tratada em 100% das residências em Porto Velho. E quando descobri em 2010, 2009, quando eu ainda era Vereador aqui na Capital, que esta obra tinha sido iniciada, na época do então Governador Cassol e, percebi que sequer tinham um projeto básico de cento e oitenta e três milhões de reais já tinham sido pagos e muitos canos tinham sido enterrados nesta obra de esgotamento sanitário, Deputado Brito, e a gente não tinha nem o endereço das duas

Bacias de estação de tratamento. Quando fiz essa denúncia no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Estado e no Ministério Público da União, o Tribunal de Contas da União mandou suspender a obra e depois, posteriormente, mandou cancelar o contrato com o atual Governador, e o atual Governador cancelou o contrato desta obra, e ele teria que contratar uma empresa para elaborar o projeto básico que não tinha pronto e acabado, e aí o que aconteceu que ainda tem quinhentos e vinte e sete milhões de reais na Caixa Econômica Federal para colocar esgotamento sanitário em Porto Velho. Só que este recurso vai estar à disposição do Governo do Estado de Rondônia apenas até 31 de dezembro de 2014. Se não começar essa obra este ano, fizer a primeira medição, esse recurso vai voltar aos cofres do Governo Federal. E é lamentável, esta oportunidade única que Rondônia está tendo, que Porto Velho está tendo, de ter o seu esgotamento sanitário e este recurso voltar e não volta apenas o recurso, volta com atestado de incompetência do Governo do Estado que não teve a condição de executar uma obra primordial para os seus munícipes. Por isso que volto mais uma vez, eu acredito que pela décima, pela décima quinta vez que faço a denúncia desta Tribuna desse recurso que está prestes a voltar e essa obra que tanto necessita nessa cidade ainda fica num sonho que, como disse o Presidente Herminio, está mais para um pesadelo.

Portanto, agradeço, Senhor Presidente. Obrigado.

(às 16 horas e 39 minutos o senhor Adelino Follador passa a presidência para o senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Cláudio Carvalho obrigado. Ainda nas Comunicações de Lideranças, pelo tempo de 20 minutos, com apartes, concedo a palavra ao Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Senhores Deputados aqui presentes, público aqui presente. Para nós é uma alegria e satisfação estar aqui e parabenizar os professores, os alunos que estão presentes, eu acho que é uma maneira de vocês acompanharem os trabalhos dos Parlamentares, Deputados aqui na Assembleia, para nós é uma satisfação tê-los aqui. Quero aproveitar hoje nesta tribuna para vir tornar público uma denúncia que recebi dos taxistas de Campo Novo. Acabei de receber hoje de manhã, onde a Empresa Castilho que fez o recapeamento da BR-421 o ano passado, e já denunciei nesta tribuna, nem oito meses que tinha terminado essa obra, está tapando buraco, está toda deteriorada, inclusive tem locais de ter quatro, cinco buracos em 100 metros. Então, é um serviço mal feito e agora colocaram a empresa para tapar buraco e já deu vários acidentes que essa empresa, ela aqui está denunciando aqui: “O fato que encontramos o trecho que não existem buracos aí a empresa está abrindo, mas a mesma não tampa em tempo hábil; a sinalização afastada e está dando muitos acidentes”. Então eu estou querendo dizer aqui que estão dizendo aqui que, inclusive, muitos locais que não tem buraco a própria empresa está abrindo para poder receber mais pelos trechos que estão fazendo e deixando aberto, inclusive, vários acidentes já foram registrados naquele trecho. Então, a

irresponsabilidade já de fazer o serviço mal feito e agora o DNIT está pagando a empresa para tapar os buracos e aonde não tem buraco ela está abrindo para poder receber mais. Isso é uma denúncia da Associação dos Taxistas de Campo Novo. Queria parabenizar o Presidente da Associação que está mandando essa denúncia.

Quero aproveitar também este momento, Senhor Presidente, para registrar aqui uma coisa muito importante. Como Presidente da Comissão de Esportes, nós viemos acompanhando já há vários anos a reforma do Aluizio Ferreira, do estádio, o único estádio que Porto Velho tem, a Capital tem e vem se arrastando por mais de três anos essa reforma e agora vimos que mais uma vez está parada. E o GENUS que representou Porto Velho no campeonato estadual teve um prejuízo muito grande este ano porque várias empresas que patrocinavam o clube acabaram se retirando e não patrocinando porque não tinha segurança que esse estádio ia ter condições de jogo e, além disso, não tinha segurança que o público pudesse ser, pudesse assistir aos jogos. Então, tendo em vista uma insegurança, prejudicou, inclusive hoje o GENUS já está desclassificado e poderia estar classificado, poderia ter buscado mais recursos e poderia também ter atletas melhores para serem contratados.

Então, quero deixar aqui registrado e nós já estamos preocupados com o campeonato do ano que vem, tendo em vista, sabendo que o processo está no Tribunal de Contas e que o Tribunal de Contas questionou algumas coisas, então, peço a SECEL, peço ao Governo do Estado que tire essas pendências e que o mais rápido possível que sejam retomadas essas obras para que a gente não tenha prejuízo o ano que vem mais uma vez no futebol do Estado de Rondônia e o futebol, principalmente aqui de Porto Velho. Então, quero deixar aqui registrado, dizer que nós, o esporte é uma coisa muito importante para poder incentivar os atletas de Rondônia e também fazer com que a comunidade esportiva participe mais. Quero também, nós estivemos esse final de semana ali na Igreja de Santo Antônio, na Vila de Santo Antônio, na Igrejinha de Santo Antônio. E nós vimos, Deputados, o abandono daqueles prédios que foram construídos com verba pública, tem inclusive vários prédios naquela Vila, todos construídos na época do Ex-Prefeito Sobrinho. Não concluiu; o atual Prefeito também parece que não recebeu e está lá jogado, aberta as portas, abandonadas, lá tem uma oca de índios, de palha, a qualquer momento alguém pode chegar lá e jogar um fósforo e acabar com aquilo tudo.

Então, além dos prédios que existem de madeira, com acabamento, com recurso público, foi muito recurso público, são vários prédios abandonados e ninguém sabe quem é o responsável. Então, queremos trazer de público, já fizemos um ofício, e nós estamos cobrando de público para que a Prefeitura de Porto Velho veja o que precisa ser feito, nós sabemos e quero parabenizar aqui quando o próprio Deputado Cláudio Carvalho citou várias obras abandonadas, seja do esgoto, seja dos viadutos, tem mais de 60 obras aqui em Porto Velho, abandonadas, recursos públicos, recursos da população, não é de ninguém, não é do Governo Federal, não é do Governo Estadual e não é dos Prefeitos, é do povo de Rondônia, é do

povo do Brasil e nós vimos aí mais de 60 obras pelo que eu vi na imprensa e muitas obras nós já conhecemos jogadas, deteriorando e ninguém dá uma resposta.

Então, queremos dizer que seja o ex-Prefeito, que eu até vi esses dias na imprensa, o Sobrinho falando e cobrando, dizendo alguma coisa sobre o atual Prefeito, o próprio ex-Prefeito não pode falar nada sobre isso porque ele criou um problema muito sério aqui em Porto Velho. Eu fui Prefeito 12 anos, eu sei o que é assumir uma administração de alguém que teve problema na Justiça. Fui Prefeito quatro anos e assumi uma administração de um Prefeito que foi cassado, o Vice foi cassado e eu sei quanto é problema você pegar processos que estão sendo investigados; pegar obras que estão sendo investigadas para você tocar.

Então, quero cobrar e acho que o atual Prefeito tem que correr, tem que ter uma assessoria muito boa para buscar alternativas, o próprio Governo do Estado junto à questão do saneamento básico, que na época foi um acordo feito com a Prefeitura de Porto Velho, junto com o Governo do Estado, com esse recurso, se foi mal administrado, foi todo nessas compensações das usinas que isso foi muito mal negociado, pelo ex-Prefeito de Porto Velho, pelo ex-Governador do Estado, e hoje nós vimos aí a própria rodoviária de Porto Velho, sabendo que ia chegar tanta gente e deixou essa rodoviária da maneira que está; deixou o esgotamento que é um dos maiores projetos do Brasil que era para ser, e na época era para o Prefeito que deu entrada nesse Projeto e acabou não tendo como executar e acabou cedendo para o Governo do Estado e depois cedeu para a CAERD e hoje que era para a CAERD administrar, mas na época o Roberto Sobrinho ele tinha na mão para poder executar pela Prefeitura e ele passou para o Governo do Estado e nem um nem outro e está nessa enrolação.

O Deputado Cláudio Carvalho tem toda razão quando vem trazer a público e esperamos que o Governo se empenhe para tentar resolver. Mas quero aqui deixar registrado que você pegar uma obra bagunçada igual aos viadutos, igual a muitas obras que estão acontecendo aqui em Porto Velho, era melhor que não tivesse nem iniciado. Porque era muito mais fácil fazer uma licitação, você começar uma obra do que você pegar uma coisa mal começada e sendo investigada, principalmente pela Polícia Federal, como muitas obras estão sendo investigadas. Então, infelizmente, por más administrações anteriores, o atual também paga; mas nós temos que cobrar, então esperamos que o Governo do Estado, o Prefeito de Porto Velho faça e busque soluções. Mas que é triste aqui em Porto Velho, eu acho que o Deputado Brito falou, eu acho que o Deputado Hermínio falou que aqui parece que tem um sapo enterrado, nada acontece, não tem uma obra que comece e termine. E uma obra parada ela no mínimo tem que ter um aditivo de uns 30% para recuperar o que já foi deteriorado no tempo que ficou interrompida, até o aditivo para poder fazer nova, para poder a empresa aceitar para tocar. Então, imagine quanto prejuízo é dado à população de Rondônia, à população do Brasil.

Então, eu quero deixar aqui minha indignação. Nós temos lá em Ji-Paraná um viaduto que começou, com um ano e pouco, uma emenda do Senador Acir na época do ex-Governador Bianco, com um ano e dois meses terminou, Deputado Lebrão,

o viaduto, hoje a urbanização lá de Ji-Paraná, a BR-364, aquele trevo hoje é uma maravilha. Se Porto Velho está com sete, oito anos que está esse puxa-encolhe e nada aconteceu, nenhum viaduto. Tem um lá que está funcionando precariamente com proteções lá, com manilhas, onde tinha duas pistas, colocaram uma só provisoriamente para poder rodar. Então, infelizmente, o dinheiro público está se jogando no ralo, isso é muito triste e a população está indignada, igual agora tem essas manifestações da Copa do Mundo em nível federal, todos os Estados que vão ter jogos da Copa do Mundo. Eu tenho amigos que moram no Rio de Janeiro, tenho parentes que moram no Rio de Janeiro, e as pessoas falando que vai ser muito difícil ter Copa, que nós vamos passar uma vergonha em nível mundial. Porque os gastos que foram feitos e agora vão funcionar os estádios, quase que o entorno, nenhum estádio está terminado os trabalhos que foram começados. Esses dias fizeram um jogo inauguração do Beira Rio, quase que ninguém conseguiu chegar, chegou a pé para poder assistir o jogo, porque todas as ruas estavam interditadas. Então, infelizmente os aeroportos, muitos estádios também ainda não foram concluídos, infelizmente a Polícia Federal ameaçando de entrar em greve e isso nos preocupa muito, Rio de Janeiro com essas manifestações. Então, com certeza esperamos já que foi investido esse dinheiro, que consiga fazer uma Copa e que o Brasil faça bonito. Mas acho muito difícil pela situação que foi criada, pelos estádios que estavam planejados para construir com menos de quinhentos milhões, ficou mais de um bilhão de reais. Então a população fica indignada, fica revoltada e com razão. Então nós queremos deixar aqui registrado que o Brasil se aplicasse bem o recurso que está previsto, seria outro Brasil, infelizmente nós vimos aí só escândalos, como o escândalo da PETROBRÁS, que hoje está um escândalo em nível mundial. E para nós é triste ver isso, e isso deixa toda a população indignada. Essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

(Às 16 horas e 53 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Adelino Follador).

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

– PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO, dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante Documentalista de Trânsito perante o Departamento de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO, declara de Utilidade pública a Academia Guajaramirense de Letras – AGL, com sede no Município de Guajará-Mirim – RO.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CARMEN GON, que concede Medalha de Mérito Legislativo a Manoel Cardoso da Cruz.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, concede Medalha de Mérito Legislativo ao Tenente-Coronel da Polícia Militar Paulo Sérgio Vieira Gonçalves.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO, requer aos Excelentíssimos Superintendentes do Banco do Brasil e Banco BASA para efetivo cumprimento da Resolução do Banco Central nº 4298, de 30 de dezembro de 2013, que trata da concessão de rebate para a liquidação e renegociação das operações contratadas das linhas de créditos para os Grupos A e A/C do PRONAF, que viabilizem uma EQUIPE ESPECIAL para atender aqueles agricultores, garantindo o cumprimento desse benefício.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, requer a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, requer ao senhor Ubiratan Bernadino Gomes, Diretor Geral do Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia - DEOSP, informações e cópias da licitação e do contrato referente à obra do Espaço Alternativo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de construção de uma Escola Estadual de Ensino Médio na Região dos Bairros Barão do Melgaço I e II, Alto dos Parecis e Moisés de Freitas no Município de Vilhena.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, indica ao Governador do Estado de Rondônia a necessidade de aquisição de (02) dois veículos tipo caminhonete para atender a Delegacia de Polícia Civil no Município de Alvorada do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, indica ao Departamento de Estradas e Rodagem e Transportes – DER/RO a necessidade de pavimentação asfáltica das ruas dos bairros que especifica, localizados na Zona Sul do Município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, indica ao Departamento de Estradas e Rodagem e Transportes – DER/RO a necessidade de que sejam feitos serviços de pavimentação asfáltica das ruas dos bairros que especifica, localizados em Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA CARMEN GON, indica ao Poder Executivo de Rondônia, com cópias para o DER, a aplicação de massa asfáltica para a Operação Tapa Buracos no Município de Jaru.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, indica ao Governo do Estado, com cópia à SECEL, a necessidade urgente

de uma ampla reforma do Estádio Aluizio Ferreira no Município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO, indica ao Ilustríssimo Diretor do DETRAN/RO, Airton Pedro Gurgacz, c/c ao Ilmo Prefeito Mauro Nazif, a necessidade de sinalização com um semáforo na Rua Daniela com Avenida 7 de Setembro, tendo em vista o grande fluxo de veículos que circulam naquele local vindo a causar vários transtornos aos moradores de Porto Velho.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

(Às 16 horas e 58 minutos o senhor Presidente Adelino Follador passou a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Kaká.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Eu queria a atenção dos nobres Deputados aqui, Deputado Brito, Deputado Lebrão. Aqui a gente tem acompanhado a discussão do estado de calamidade que vem passando alguns municípios do nosso Estado, principalmente o município de Guajará-Mirim, município esse que é um dos mais antigos do Estado de Rondônia e hoje, Presidente, chegou a esta Casa um Projeto de Lei que eu estava olhando aqui, Presidente, esse Projeto vem sendo criado depois de um debate, de estudo que teve a participação da comunidade, dos representantes da Associação Comercial e Industrial da cidade de Guajará-Mirim; da comunidade acadêmica, representada por pesquisadores da UNIR, enfim, tudo aquilo que vem ao encontro das pessoas que têm comprometimento com aquele município.

O Estado de Rondônia, através da Lei de ICMS, aprovou no CONFAZ, porque na guerra fiscal de incentivo todo Estado quer dar o incentivo zero para atrair novas empresas, para gerar novos empregos e quando tem alguma coisa que é aprovada pelo CONFAZ, o CONFAZ é onde é homologado por todos os Secretários de Estado, que se reúnem uma vez a cada sessenta ou noventa dias para poder debater e discutir o que pode ser isento e o que não pode ser isento e tem que ser por unanimidade.

Então, Presidente, esse Projeto vai atender as reivindicações dos micros e pequenos empresários por meio de benefício específico para a categoria empresarial, permitindo que a isenção de ICMS nas operações realizadas por lojas francas instaladas na sede do município de Guajará-Mirim. Então, isso aqui, o Estado está abrindo mão, está isentando a todas as lojas francas instaladas no município de Guajará-Mirim e que venham a se instalar, a todas. Com isso, contribuindo para a fomentação desse município que hoje está passando por um período muito nebuloso com relação à falta de estrada. E com a implantação desse imposto, vem de encontro com a área de livre comércio de Guajará-Mirim e das lojas francas, porque a área de livre comércio já tem isso

daí por determinação e isenção federal, que são os grandes. Então essa Lei pega aqueles que têm as empresas que são optantes pelo SIMPLES nacional, das aquisições de mercadorias de outros Estados e Distrito Federal, que estenderá esse benefício aos pequenos e micro empresários.

Na verdade, Presidente, o grande, hoje, o grande de Pimenta Bueno, o grande de Jarú, o grande de Porto Velho, ele foi para Guajará-Mirim se instalar. Por quê? Porque a área de livre comércio dá esse benefício para ele. Com essa lei aqui, nós estamos ajudando quem? Nós estamos, agora, ajudando os pequenos, aqueles que são optantes pelo SIMPLES. E as empresas que são optantes pelo SIMPLES é o micro, para fomentar mais ainda a economia do município de Guajará-Mirim e aí não entra só na área de livre comércio de Guajará-Mirim. Nós estamos estendendo para as lojas francas, que aí é onde abrange o pequeno e o micro empresário daquele município. Porque os grandes, Nova ERA, Coimbra e muitos outros da região de Ariquemes que se instalaram lá, eles já estão lá porque pela lei federal é uma área de livre comércio por fazer fronteira com o país vizinho, a Bolívia. Então gostaria de pedir a Vossa Excelência que...

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Deputado Kaká, só uma Questão de Ordem?

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Pois não, Deputada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Estabelece o prazo aí, o período dessa isenção?

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Deixe-me eu confirmar aqui qual é o período.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Enquanto o senhor verifica, quero dizer que eu acho que é uma alternativa. Lá nesse Seminário, para discutir o período da reconstrução, foi bastante debatido e foi uma alternativa. Porque no debate, para restabelecimento da construção, a gente não discute apenas o que vem do Governo Federal, mas tudo aquilo que pode ser feito, tanto pelos municípios quanto também pelo próprio Governo do Estado e através das suas Casas de Leis. Então essa foi uma alternativa apresentada. Eu acho algo importante, mas é importante também a gente amarrar, o senhor já apresentou vários aspectos que estão amarrados, mas só esse detalhe também para que a gente depois não tenha interpretação equivocada ou a gente mesmo não possa prestar alguns esclarecimentos. Mas eu acho o Projeto oportuno para o momento que vive o município de Guajará-Mirim.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Só uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Só para falar também, para reforçar o pedido para que seja colocado em votação

imediatamente, porque hoje nós percebemos que Guajará-Mirim está totalmente alheio, abandonado, afastado, com uma estrada péssima também, tudo difícil. Nós aqui, pouco podemos fazer, Presidente, mas com certeza esse é o momento que podemos também ajudar Guajará-Mirim, porque dando essa permissão, autorizando o Governo a isenção do ICMS vai permitir, imediatamente, que possamos construir ali um polo turístico de compras, fazendo com que aquela cidade, a cidade também considerada vizinha, a cidade coirmã, a cidade gêmea, que é a cidade que se aproxima da cidade estrangeira, Bolívia, possa dessa maneira ter essa oportunidade de ter seu desenvolvimento alavancado. Portanto, é necessário, imprescindível e eu acho que os Deputados Estaduais têm a oportunidade de dar a sua colaboração para aquele município que precisa muito da ajuda de todos nós. Muito obrigado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, a Deputada Epifânia questionou com relação ao prazo. Na hora da inclusão da Ordem do Dia, que o Presidente designa o Relator, pode entrar em conjunto aí, Deputado Lebrão, Deputada Epifânia, e estipular um prazo, três anos, cinco anos e depois prorrogado igual acontece com a Zona Franca de Manaus. Eu acho que o Relator pode, viu, Presidente, a Deputada Epifânia está sugerindo, porque aqui não diz qual é o prazo. Como a gente sabe que a Zona Franca de Manaus, tanto tempo o Congresso renova por tantos anos, aí, quando deliberar, que a matéria entrar na pauta e apresentar o Relator, a gente apresenta em conjunto uma emenda estipulando três anos, cinco anos, enfim, para quando tiver aquilo ali, voltar a esta Casa para prorrogação, enfim... Aí cabe, não sei qual é o entendimento da Emenda ou quem for o Relator para acatar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria primeiro, aqui, a gente não pode acreditar no que está aqui. Aqui diz o seguinte: “Art. 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, de acordo com o Convênio ICMS 091, de 05 de dezembro de 1991, alterado pelo Convênio ICMS nº 4, de 15 de janeiro de 2014, isenção parcial ou total do ICMS nas operações realizadas por lojas francas instaladas na sede do município de Guajará-Mirim, caracterizado como cidade gêmea de cidade estrangeira.” Primeiro: o que está dizendo aqui? Nós não sabemos nada, quem é que realmente está sendo beneficiado com essa isenção. Eu não acredito que sejam empresários pequenos. Aqui, com certeza pode ver que está aí Nova Era, Coimbra e companhia, com certeza. Porque se for para atender os pequenos empresários que foram atingidos pela cheia do Madeira, principalmente, eles estão citando até a cheia do Madeira, é como eu falei, eles usam a desgraça para enganar, porque não inclui os empresários aqui de Porto Velho, do Cai N'Água que ficaram com suas lojinhas lá três meses debaixo de água? Inclui também. Agora, eu duvido que um pequeno empresário esteja sendo atendido com isso aqui, primeiro não está dizendo aqui. Aqui eu lembro a época da lei das isenções das usinas, altera parágrafo não sei de que da lei tal, a gente não sabia nem o que era e votamos e deu no que deu, por isso nós temos que ter cuidado porque eu não acredito

em boa intenção, em coisa boa desse Governo, eu não acredito, e aqui não está dizendo nada disso, Deputado Kaká, aqui na lei...

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Leia o artigo 4º, embaixo aí, ele diz o quê que fica isento.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Deputado Kaká, o CONFAZ, eu não vi como é que está a Mensagem, mas quando o CONFAZ autoriza, ele autoriza percentual e tudo, pelo jeito foi total, então eu acho que pelo menos alguma regra a gente tem que ter, eu acho que pelo menos o período, Deputado Hermínio, o Deputado Kaká também estou confiando nele, ele disse que está específico que são para os pequenos, não é isso?

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Está aqui dizendo na lei, não sou eu que estou dizendo, não, está escrito aqui, é para atender os micros, porque entra na Zona..

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Então, como Vossa Excelência está falando, Deputado Kaká, porque como chegou hoje na Casa realmente eu não tive oportunidade de ler.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Na verdade, Presidente, o que a gente quer, quando se trata, eu vou dizer uma coisa, quando se trata de município pequeno, quando se trata aí do pequeno ou do grande, eu vou dar exemplo do meu município de Pimenta Bueno, qualquer isenção que tiver que dar para a Ciclo Cairu, lá nós somos o primeiro a querer dar isenção porque ela gera 1.500 a 2.000 empregos. Então, feliz é o político, feliz é o administrador que zela por trazer quem gera emprego, independente se é pequeno, médio ou grande, que o que traz renda para o município são as grandes empresas. Eu ouvi o Presidente da Câmara de Guajará-Mirim aqui com vários Vereadores a semana passada dizendo que a Nova Era, que eu nem sei quem é a Nova Era, mandou 400 funcionários embora e esses 400 funcionários, no mínimo, devem morar em Guajará-Mirim, no mínimo devem morar em Guajará-Mirim, então essas empresas grandes só vão para o município se tiver um atrativo e o atrativo é isenção, as grandes estão em Guajará-Mirim porque lá é uma Área de Livre Comércio. Aqui nós estamos adequando uma lei que foi autorizada e aprovada pelo CONFAZ que tem que ser unânime pelos Secretários. Quando o Presidente fala aqui que leu ali, aqui está dizendo, olha, “fica...”

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu não confio nesse CONFAZ também não, tem que vir aqui, vamos chamar todo mundo aqui, Deputada Epifânia, e explicar direitinho, para nós não aprovarmos um trem aqui...

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – O CONFAZ é o Conselho Nacional Fazendário, então ele só...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu sei, eu conheço bem, eu sei, eu não vejo esse CONFAZ fazer nada para o pequeno, eu vejo o CONFAZ fazer para os grandes, e grande é como eu falei para você, grande não é que Nova Era e Coimbra,

mas porque que eles têm que ter tantos privilégios e os outros não têm que ter? E esse negócio de dizer que lá tem 400 servidores empregados no Nova Era é papo furado, eles usam Guajará-Mirim só para o esquema das notas, não para gerar emprego ou coisa parecida lá, não são essas coisas todas não.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, eu não estou entrando nesse mérito, eu estou dizendo que a lei está dizendo aqui que o benefício é específico para a categoria empresarial de qualquer empresa que se instalar no município de Guajará-Mirim. Eu, é o último município que eu iria instalar uma empresa era Guajará-Mirim, era o último, fim de linha, na beira da Bolívia que é um país que para mim não traz resultado nenhum, o atrativo que arrumaram para Guajará-Mirim atrair foi a Zona de Livre Comércio igual é Manaus hoje. Então, o que está dizendo a lei aqui é que é para beneficiar as empresas, que foi discutido com a Associação Comercial, que foi discutido com acadêmicos da UNIR, é o que está dizendo aqui, é uma reivindicação. O Governo, nós votando isso aqui agora, o Governo está dando incentivo, ele está abrindo mão de receita para um município que está numa situação, que para Governo nenhum é bom abrir mão de receita, ainda mais o nosso, eu estou entrando no mérito da coisa, e diz aqui também, Presidente, tem que ler o restante das coisas, onde fala aqui combustível, lubrificantes e outras mercadorias...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Kaká, meu líder, é uma questão de ordem e Vossa Excelência já falou mais do que no Grande Expediente, é por isso que o Confúcio não entrega a Liderança, o Deputado Kaká foi entregar a Liderança e o Confúcio não quer aceitar, como perder um líder desses? Só Vossa Excelência que tem coragem de defender esse Governo da forma como você defende.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Fala, segundo líder. Fala, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Muito obrigado, Excelência. Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que esse projeto visa não diferenciar nenhum tipo de empresa, não restringe nem o pequeno, nem o micro, nem o médio empresário, nada mais é do que dar oportunidade para que os pequenos empresários possam competir com as grandes empresas hoje implantadas lá em Guajará-Mirim, que é na isenção fiscal que sem dúvida nenhuma foi discutido em nível nacional.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu sei, mas só para concluir e para lhe ajudar no raciocínio, eu só quero dizer que não é que eu seja contra e eu não estou dizendo para nós não aprovarmos, mas amanhã nós poderíamos pôr para aprovar amanhã, vamos chamar todo mundo amanhã do Governo para explicar.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, só para contribuir, quem determina se vai para a Ordem do Dia é Vossa Excelência, o regime é presidencial aqui na Assembleia Legislativa. Agora, eu quero dizer que isso abre oportunidade para que a gente possa implantar as nossas indústrias dentro de Guajará-Mirim e competir com o comércio exterior hoje de Guayaramerín que é produto importado da China e de diversos países do mundo. Dessa forma a gente contribui. Nós estamos hoje criando a oportunidade para que o Estado de Rondônia possa ter uma cidade que tenha a mesma autonomia que tem Manaus, isso é muito importante e deveria ser expandido por outras cidades que compõem a fronteira do Brasil com a Bolívia. No meu entendimento, é muito importante a aprovação desta lei que, sem dúvida nenhuma, não é uma lei do Governo do Estado de Rondônia, isso é uma lei federal aprovada pelo CONFAZ e a iniciativa é da cidade de Guajará-Mirim com o apoio da Associação Comercial, enfim, de todas as lideranças de Guajará-Mirim e os empresários que lá compõem o setor empresarial daquela cidade, Senhor Presidente, só para contribuir. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria dizer para vocês o seguinte, na época da lei das isenções das usinas também era aprovado pelo CONFAZ, também era, era aprovado pelo CONFAZ também e foi o Governo que mandou para cá.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, o Governo mandou mas não era específica, era específica de Rondônia, específica das usinas, não era em nível nacional. Eu quero dizer que, com certeza, Guajará-Mirim passa por uma situação muito difícil, se hoje não for considerado mais Guajará-Mirim como Zona Franca aí acaba de acabar Guajará-Mirim, ela é uma cidade já com muitos problemas, a arrecadação abaixou demais, e, além disso, com essas enchentes agora e nós não prolongarmos, para ter uma ideia Manaus hoje, se o Congresso Nacional não prolongar essa Zona Franca Manaus, acaba, porque hoje ela vive em função das isenções e essas isenções sem passar por qualquer isenção nova, sem ser aquelas que já foram citadas, tem que passar pelo CONFAZ. A isenção do ICMS do peixe, um exemplo aqui, o Pará entrou com a denúncia, eu acompanhei a Secretária-Adjunta da SEFIN na época, ela foi para lá e foi inclusive se o Governador denunciasse, eu fiz um documento que nós íamos denunciar pela Assembleia e o Pará retirou a denúncia que tinha feito e acabou aprovando a isenção do peixe no Estado de Rondônia. Então, hoje qualquer Secretário de Fazenda em nível nacional impede qualquer isenção além daquelas que já foram aprovadas pelo CONFAZ. Então, esse prolongar, esse prazo eu acho que não podemos; a Assembleia Legislativa assumir esse ônus de amanhã Guajará-Mirim estar numa situação pior do que está por causa que não aprovamos a prorrogação. Eu não vejo outro, eu acho que nós temos que analisar com carinho e Guajará-Mirim está precisando hoje, seja a pequena empresa, seja a grande, seja quem for.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Cláudio. É questão de ordem, vamos ser bem objetivos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Dois minutos, Senhor Presidente. Ocorre o seguinte, a mesma discussão que nós tivemos aquele dia de tema diferente, eu nem vi esse projeto, segundo o Manvailer chegou hoje, agora à tarde, um tema tão importante para eu votar sem eu ver uma letra desse projeto? E sempre o eminente Deputado Kaká coloca na Ordem do Dia como só ele conhece o Projeto porque vive lá dentro do Palácio do Planalto, e eu que estou aqui, não sou chamado para nenhuma reunião, sou obrigado a votar porque o Deputado Adelino e o Deputado Kaká dizem que é importante. Para eu saber se é importante eu preciso ver, eu preciso ler, Deputado Brito do INCRA, Vossa Excelência precisa saber o que está votando, eu preciso e agora quando chega para dar essas isenções aqui é muito ligeiro, nós não conseguimos saber o que é, e aí se não votar Guajará se acaba. Ora, esse Governador teve 70% dos votos de Guajará, Presidente, prometendo tudo, só que fez foi acabar com o restante que tinha em Guajará, aí agora é hoje a aprovação disso aí porque se for amanhã a culpa vai ser da Assembleia. E eu digo mais, eminente Deputado Kaká, uma isenção só pode ser aplicada se for aprovado no ano para colocar em prática no outro, que isso tem a ver com a receita, com fiscal, se for aprovado hoje, amanhã isso não vai ter validade amanhã, só vale no dia 1º janeiro, Presidente. Então, é o seguinte: tem que ter muito cuidado porque essa pressa que tem que ser hoje, isso aí é pegadinha, tudo que vem desse Governo no atropelo é pegadinha, e nós não podemos cair, hoje no mínimo vista, eu quero saber se não está na hora que eu vou pedir vista, que hoje nós não vamos aceitar aprovar no escuro, dá um cheque em branco, Vossa Excelência leu, isso aí é dar um cheque em branco, ele vai dar isenção para quem ele quer depois, para fazer política agora na época da eleição e depois entregar o Estado falido como a cada dia está saindo para o caminho desse Estado ficar cada vez mais falido.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Edson, vamos ser bem objetivo que eu vou encerrar essa discussão.

O SR. EDSON MARTINS – Uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Eu gostaria Presidente, e esse Projeto, Deputado Kaká, que pudesse ficar para votar amanhã, eu também acho que poderia dar essa oportunidade de ser analisado esse Projeto. Agora, eu gostaria, Presidente, de pedir, nós temos aqui um projeto importante, nós temos aqui um Projeto de oito milhões e trinta e um mil reais que é uma suplementação para construção do Presídio lá de Machadinho. Eu tenho vários pedidos para que nós pudéssemos estar aprovando esse Projeto, é uma suplementação, é um convênio do Ministério da Justiça e com certeza a Segurança Pública. A gente sabe da superlotação nos Presídios, esse convênio pode

expirar o prazo daqui a pouco perder até esse recurso, da mesma forma nós temos também um projeto de dezoito milhões também do Ministério da Justiça que é para a cadeia pública de Porto Velho...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Edson, essa nós não vamos colocar em pauta para evitar que perca tempo, nós não vamos colocar esse projeto em pauta.

O SR. EDSON MARTINS – Eu só gostaria, Presidente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vai tramitar nas Comissões e depois que tiver tudo conforme o Regimento, a gente pode discutir e votar. Nem vem que nós não vamos colocar na Ordem do Dia.

O SR. EDSON MARTINS – O Projeto, Presidente, ele está na Comissão, esse da cadeia de Machadinho, ele está desde o dia 18/03.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não.

O SR. EDSON MARTINS – Então, o outro que é de dezoito milhões da construção da cadeia pública de Porto Velho, está 25/03, eu estou dizendo que é recurso de convênio do Ministério da Justiça, que está prejudicando ao povo do Estado de Rondônia pela não aprovação desses projetos. Eu gostaria, é muito bom, Presidente, é bom que instalasse aqui a televisão para transmitir aqui o discurso de cada Deputado, que eu gostaria de ver qual o Deputado que ia segurar a suplementação de uma obra importante lá de Machadinho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós não estamos segurando nada, nós estamos cumprindo o Regimento. Não vem com essa conversa, não vem que eu não aceito chantagear ou pressionar aqui a Mesa para votar projeto atropelando, tudo alegando que nós vamos ser responsáveis pelo presídio de Machadinho. Esse Governo, ou ele respeita esta Casa e respeita os Deputados e não tem problema, não, nós vamos votar, vamos discutir, vamos analisar cada projeto e vamos votar. Agora, votar projeto hoje aqui de presídio, de qualquer coisa desse Governo que não foi passado pelas Comissões, ninguém vota.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, eu acho que o maior respeito que esse Governo podia oferecer a esta Casa é a transparência, é o projeto da gestão democrática, o quanto melhorou a educação do nosso Estado, esse projeto que foi discutido aqui há algum tempo, alguém dizia que não ia acontecer nada com a educação, o mesmo com a saúde, a transparência, a seriedade que esse Governo tem demonstrado na aplicação dos recursos deste Estado, eu gostaria que esse projeto que pudesse ser discutido junto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Deputado, vamos discutir a matéria que está em pauta.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, na verdade é o seguinte: é uma falta de respeito, na verdade é que ninguém manda mais do que ninguém, aqui ninguém é mais do que ninguém, cada um aqui, como disse na semana passada, tem uma prerrogativa que é cumprir o Regimento, que é cumprir o que diz o dever e a obrigação de cada Deputado. Eu simplesmente, através de uma prerrogativa minha e de qualquer outro Deputado, pedi, quando se abriu a Ordem do Dia, que se pudesse apreciar uma Ordem do Dia de uma matéria que foi lida hoje e que o Plenário aqui nesta Casa sempre foi e sempre vai ser soberano em tudo. Então, aqui não é o Deputado Kaká, não é o Líder do Governo, eu não quero atropelar nada aqui, aqui só acontecem as coisas se for da vontade da maioria do Parlamento, é uma prerrogativa que tem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou usar a minha prerrogativa de Presidente também, eu vou usar, que eu nunca usei e vou passar a usar. Eu encerro esta discussão. Peço para desligar o microfone, que eu não vou mais discutir, só vai votar os projetos que já estão incluídos na Ordem do Dia? Já estão anunciados? Nós não vamos votar, Deputado Kaká, nós vamos convidar, podem convidar o pessoal do Governo para explicar para os Deputados. E sobre o de presídio e outras coisas lá, meu amigo, depois que passar nas Comissões tudo, discutir nas Comissões, porque eu estou cheio desta Assembleia aqui autorizar esse Governo a cometer crimes neste Estado, que aquele empréstimo é um, vem com esse papo, não, se não autorizar vai parar o Estado. Nós estamos quebrando o Estado é autorizando esse Governo incompetente, irresponsável, a fazer o que ele está fazendo com este Estado, e fazer de qualquer jeito. E outra coisa, por que ele não respeita os Deputados? Nós aprovamos o orçamento, as emendas de todos os Deputados; chega lá e diz: “não, eu não pago”. Diz que é o que o tal de Gilvan fala: “Eu não pago emenda desse Deputado aqui, eu não pago emenda desse Deputado”. Ele joga desse jeito e quer que a gente seja aqui, e nós aqui temos que ser babacas e aprovar as coisas de forma irresponsável e atropelada quando chega aqui. Não, Deputado Kaká, não. A gente tem sido bom demais com esse Governo, ele não merece o que essa Assembleia tem feito por esse Governo. E daqui para frente, eu já falei, vamos usar o Regimento e o que a Mesa Diretora e principalmente o Presidente tem, eu não tenho obrigação de votar projeto todo dia atropelado aqui porque uma ampla maioria dos Deputados às vezes querem, mesmo que a ampla maioria queira, dependendo do que seja, a gente tem que ter esse respeito pela Presidência também, Deputado Kaká.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Presidente, falar uma coisa para o senhor aqui. Eu só fiquei nesta Casa aqui seis meses sem deliberar nada, é o que eu estou falando o que tem que ser respeitado aqui, que aqui ninguém é maior do que ninguém, o senhor tem que usar a prerrogativa do senhor de Presidente, e o senhor usa da forma que o senhor achar que convém, porque o Regimento dá esse amparo, o que sempre foi respeitado aqui foi a maioria, porque tem projetos que nós

passamos por cima de algumas prerrogativas porque está acima do interesse da população de Rondônia. Então, aqui, se ficar sem votar seis ou quatro meses, para mim, eu estou defendendo...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu quero que o Governo cumpra isso, Deputado Kaká, eu vou dar um minuto para o Deputado Kaká encerrar.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Viu, Presidente, eu só quero o seguinte: porque na verdade, ano de eleição a gente sabe que já, vamos só ter respeito, vamos ter respeito à prerrogativa tem que ser respeitada, a posição tem que ser do Deputado e não tem melhor prerrogativa do que um Plenário soberano, e o senhor sempre foi democrático para isso, o senhor sempre foi democrático para isso, o senhor só tem contribuído para o desenvolvimento do Estado. Eu jamais vou vir aqui pedir para atravessar qualquer coisa que seja exclusiva, que seja dessa forma, quando eu pedir alguma interferência aqui, o senhor pode negar, deferir ou indeferir ou colocar para o Plenário deliberar, mas sempre em prol da população de Rondônia. Se tem que ser discutido, eu respeito, mas acredito que é uma matéria importante para ajudar a população de Guajará-Mirim.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Kaká, obrigado, Vossa Excelência sabe que eu lhe respeito, lhe admiro, mas é como eu lhe falei, hoje não. Só um minuto para concluir, para a gente encerrar este assunto.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Só queria aqui, o Deputado Adelino falou algumas questões aqui. Só para registrar que pelo que eu pude ler aqui e participar do debate, eu acho que o projeto beneficia sim a população de Guajará-Mirim, através do comércio que é a grande renda ali, Guajará-Mirim vive disso daí. Mas a gente precisa estabelecer algumas regras. A mim, o que eu pude observar aqui, meu ponto de vista, pelo menos o período a gente precisa estabelecer, não pode ser *ad eternum*, pelo menos o período de cinco anos, é a minha proposta que a gente coloque isso daqui e a gente assegure essa isenção, que se isso promove um restabelecimento da questão econômica do Município de Guajará-Mirim, que é um município que a gente, Deputado Cláudio, que inclusive é administrado pelo Prefeito Dúlcio, que é do nosso partido, eu sei que precisa dessa situação, por isso até que eu defendo aqui que a gente possa encaminhar o projeto, mas que a gente coloque pelo menos essa regra que foi o que eu pude analisar rapidamente, mas que realmente a gente não perca esse benefício para a população.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu fui citado pelo Deputado Cláudio, quando foi citado ele disse: “Ah! Porque o Deputado Kaká pediu, porque o Deputado Adelino pediu”. Eu tive conhecimento desse projeto aqui, eu já liguei para Guajará-

Mirim para uma pessoa que trabalha na Prefeitura lá e eles precisam disso urgente, inclusive acabou de ligar. E aqui fala conforme a Lei Federal 12.723, de 09 de outubro de 2012, então não é uma coisa, e Guajará-Mirim precisa, Guajará-Mirim precisa, e eu ainda quero, não é porque eu pedi, não, eu fiquei conhecendo, não fui ao Palácio, eu fiquei conhecendo esse projeto porque o Deputado Kaká me deu hoje, então, é igual aos outros Deputados, eu nunca condicionei liberação de emendas também para poder. Eu acho que esse projeto nós vamos só ganhar, ajudar Guajará-Mirim, ajudar Rondônia se nós aprovarmos essa liberação hoje. Então, eu sou favorável e gostaria que fosse analisada essa situação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O que eu estou pedindo, o que eu estou pedindo é o seguinte: chamar, Deputado Kaká, chama o pessoal do Governo, chama o representante de Guajará-Mirim, o pessoal lá do comércio para amanhã cedo. É só chamar...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Amanhã não vai dar quórum, amanhã tem a exposição em Ji-Paraná, tem dois Ministros vindo aqui para Rondônia, é um fato importante para agricultura de Rondônia amanhã, é um fato importante a abertura da *Agroshow* em Ji-Paraná, é o fato a nível nacional e eu acho que muitos Deputados vão se deslocar, eu discordo quando o Deputado Edson citou aqui para deixar para amanhã, ou vota hoje, amanhã não vai dar quórum, é certeza que não vai dar quórum, que a gente sabe que vai ter só na outra terça-feira.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Só um minuto, Senhor Presidente. Eu não sei se eu ouvi bem, mas também não quero julgar. Eu só acho que o Deputado Edson ele errou em querer trazer a responsabilidade para esta Casa. Esta Casa sempre ajudou o Governo do Estado, nunca ficou matéria de relevâncias importantes para o Estado de Rondônia, esta Casa nunca foi contrária, nunca foi contra nenhuma ação do Governo que fosse beneficiar qualquer ato do Governo aqui. Então, quer dizer, o Deputado Edson, ele colocou porque, talvez, está a mídia aqui; dizendo que nós estamos amarrando qualquer desenvolvimento do Estado. Eu gostaria que ficasse bem claro que esta Casa só tem colaborado para o desenvolvimento deste Estado e esse projeto em questão, que é de Guajará-Mirim, nós temos visitando Guajará-Mirim, Deputado Lebrão, o senhor sabe muito bem, o Presidente também, tanto é que colocou recurso da Assembleia para Guajará-Mirim, sabemos da necessidade que precisa Guajará-Mirim para o ICMS para as empresas lá. Agora, nós sabemos que temos que votar, mas também temos que saber que nós temos que entender tudo que se passa nesta Casa, eu acho que é no mínimo necessário que cada Deputado saiba o que está votando.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu, uma situação bem tranquila, Presidente, eu analisando esse debate. Primeiro, eu quero citar um exemplo. Há poucos dias veio aqui para gente votar a toque de caixa as isenções das usinas que diz que naqueles dias as empresas queriam aderir porque no outro dia ia entrar dinheiro no caixa do Estado, no outro dia pagar a

emenda, e sabe o quê que aconteceu? Fizemos tudo no atropelo e a lei não serviu para nada, porque nenhuma daquelas empresas aderiu àquela ata da lei que nós votamos aqui. Quando o Deputado Kaká, os Deputados vieram falar dessa Lei, eu fui um dos que pediu para o Presidente para votar. Mas aí, por outro lado, Presidente, eu começo até me preocupar porque às vezes são tantos erros, Deputado Brito, e está aqui, eu ouvi o Deputado Follador defendendo, o Deputado Edson defendendo, o Deputado Kaká defendendo e eu tenho certeza do que eu vou falar agora. Nenhum dos Deputados leu isso aqui, nenhum, eles não leram, não leram e se falar que leu sem ler vai ter que vir aqui explicar o que está escrito, é o desafio que eu estou fazendo. Então, me preocupa a gente votar sem ler, mas o que mais me preocupa, Presidente, é que tantas e tantas vezes nós votamos as coisas aqui sem ler e na grande maioria das vezes, com a ânsia de querer ajudar, tanto é verdade, Deputado Cláudio Carvalho, que eu chego o momento que eu ia renunciar à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça porque eu não conseguia ler os projetos, não dava tempo, eu votei tanta coisa aqui sem saber o que eu votei, e sabe o quê que me preocupa, é que as pessoas lá fora daqui a pouco vão pensar que a Assembleia Legislativa está prejudicando o Poder Executivo. Aí eu vi aqui hoje o Presidente falando dessa obra, o senhor falou aqui do Espaço Alternativo e eu li uma matéria que me chamou atenção. O Ministério Público Federal, na sua alegação, disse que estavam buscando uma análise melhor do projeto dentro da questão técnica, porque poderia um avião que iria em um caso de emergência pousar na pista do aeroporto, confundir com a iluminação do Espaço Alternativo. E isso é plausível, essa avaliação, ela é necessária e ela é técnica, não é politicamente o que se faz e mesmo assim as obras não paralisaram. E sabe o que mais me entristece, Deputado Edson Martins? É falar da nossa região. Lá em Alvorada do Oeste tem uma escola chamada *Humberto de Campos* que está para cair e o dia que cair vai matar um monte de crianças que estão estudando e aí faz mais de um ano e meio que o projeto está pronto e eu procuro um que é responsável pelo PRO-INVESTE, pelo PEDISE, pelo PRO-INVESTE, pelo PEDISE, ninguém sabe dar resposta. Mandeí umas mensagens para o Secretário George e diz agora que a demanda está lá entre um jogo de vaidade entre os engenheiros e os procuradores e por isso ainda não saiu a obra. Será que não tem ninguém para mandar nesse trem? Será que não tem uma pessoa para bater na mesa e falar que eles têm que ter responsabilidade. E eu até citei na mensagem: Então, usem-se as mesmas pessoas, os mesmos técnicos, os mesmos procuradores, os mesmos engenheiros que deram celeridade naquela obra do Espaço Alternativo, inclusive, se quiser, use a mesma empresa, use a mesma empresa, porque, Deputado Edson, o senhor teve 700 votos em Alvorada, eu tive quase 30% dos votos de Alvorada e nós dois temos a responsabilidade com os filhos que estão estudando naquela escola e infelizmente esse processo tem um ano e meio que se arrasta e aí eu vejo tanto projeto que tem que ser votado em minuto, isso aqui foi protocolado hoje, dia 20 de maio, hoje, dia 20 de maio na Assembleia Legislativa. Quando o Governo enviou esse projeto, o Governo tinha que ter falado, o Governo tinha que ter falado para o povo de Guajará-Mirim que aqui tem que se respeitar

lei, que aqui tem que se respeitar o Regimento, que aqui os representantes legais do povo têm que saber o que estão votando e eu queria votar, Presidente, mas agora como Presidente da Comissão, eu também não aceito nem essa matéria e nenhuma mais sem discutir, porque se isso daqui tiver o engodo aqui dentro e que ao invés de nós estarmos ajudando alguém, nós podemos estar prejudicando alguém, ou seja, a gente sabe da situação de Guajará-Mirim hoje, nós sabemos, Deputado Ribamar, Deputado Brito, Deputado Zequinha, Deputado Lebrão, todos os Deputados, que lá hoje as empresas vão lá, carimbam a nota e voltam e os poderes estão tendo compaixão, inclusive o próprio Ministério Público, porque se nós acabarmos com isso, as empresas de Rondônia, as distribuidoras de Rondônia perdem o poder de concorrências com as outras empresas dos outros Estados brasileiros e será que isso aqui não beneficia hoje para prejudicar amanhã. Então, verdadeiramente, Presidente, nós temos que ter responsabilidade, nós temos que acima de tudo saber o que é que nós estamos votando. Mas eu quero afirmar aqui que eu estou nesta Casa há 07 anos e meio, no governo passado que era o governo Cassol, depois o governo Cahulla e que o Presidente desta Casa foi o Deputado Neodi e que diziam que na época, naquela época o Cassol vinha aqui e atropelava a Assembleia, nós não votávamos como o senhor faz votar, Presidente, nós líamos os projetos. Então, se hoje tem alguém errado aqui, é o Presidente Hermínio, sabe por quê? Porque ele está querendo votar rápido demais também porque nós ficamos aqui três anos e meio votando isso. Por isso que eu não aceito vir aqui hoje querer atribuir ao Presidente Hermínio, a esta Casa os problemas que o Governo tem enfrentado. E quero dizer mais, Deputado Edson, eu ouvi aqui o senhor falar da questão da Saúde, que a Saúde está boa e nós temos que continuar alimentando, eu continuo é reafirmando que a Saúde não está boa, que agora o Governo achou uma forma de prejudicar os municípios de Rondônia porque pegou lá no município da Prefeita Gislane, pegou lá no município do Deputado Follador, aqui no município do Deputado Zequinha, pegou as filas da Policlínica Oswaldo Cruz que tem o serviço de especialidade e colocou para as pessoas ir na fila do postinho de saúde do município. A fila que já era grande agora está sem fim. E aí eles vão na propaganda da TV, na propaganda do rádio e nos discursos de rádio e falam que a Saúde na Policlínica agora está uma maravilha. Está mesmo! Não tem mais fila mesmo, sabe por quê? Porque as pessoas têm que marcar por internet e demora 30,60,90, 120 dias e aí não tem fila porque a pessoa que está doente muitas vezes não consegue esperar durante esse tempo que tem que esperar para chegar a vez dele numa consulta marcada pela internet. Saúde feita virtualmente! Saúde feita pela internet! Só na cabeça do Secretário Pimentel! Mas não numa saúde humanizada como tem que ser proposta pelo Poder Público do nosso Estado.

Obrigado Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)– Obrigado, Luizinho Goebel. Deputada Carmem.

A SRA. CARMEM GON – Só para contribuir, Sr. Presidente, a discussão aqui que eu vejo é uma só, nós não temos

conhecimento da matéria, eu como a mais nova Deputada que assumi recentemente eu não quero votar sem conhecimento de causa, eu quero conhecer a matéria para não estar prejudicando o Estado ou também atrapalhando. Se a discussão é uma só, por que não nos entregar a cópia dos projetos? A gente vai ler, vai discutir entre nós, Deputados, a gente vai votar. É para o desenvolvimento de Rondônia? Sim. Mas eu também acho que tem que ter o respeito com a Casa e trazer para a gente. Só um Deputado ou dois conhecer a matéria para gente estar votando, eu também não acho correto. Quero contribuir, mas também quero conhecer a matéria só para contribuir e fazer um clamor aqui que entregue para nós a cópia da mensagem quando chegar. Eu também não tenho conhecimento e eu não quero votar sem conhecer matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou falar, se o Lebrão falar, eu vou falar o seguinte, ficar votando projeto da forma que está votando projeto aí, eu vou apresentar um projeto aqui na Casa para acabar metade das Comissões aqui na Assembleia, eu vou preparar, essas Comissões aí que não têm serventia para quase nada, porque ninguém se reúne, eu vou propor para acabar.

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Eu vou propor para acabar e vou buscar apoio fora para pressionar, para acabar essas Comissões. É como eu falei, a gente aqui não está brincando, eu fico olhando, eu fico olhando aqui os Deputados. Parece, quando eu vejo meu amigo Edson falar o que ele falou ali, eu fico triste, falar em presídio, negócio. Agora Confúcio está preocupado com algum presidiário neste Estado? Ele está preocupado é que libere o recurso para eles meterem a mão. Confúcio está preocupado com algum cidadão desse Estado, muito menos com preso, Brito? A não ser que fosse para construir o presídio para prender começando pelo cunhado e as irmãs dele, meter no presídio, aí a gente liberava se for para fazer o presídio para botar começando pelo monte de assessor puxa-saco que ele tem.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente? Eu entendo que nós realmente estamos votando projetos numa velocidade muito mais rápida. Agora, eu quero dizer também que eu faço parte da Comissão de Finanças e Orçamento como suplente, da Comissão de Constituição e Justiça como titular, agora o problema maior é que as Comissões não se reúnem, Sr. Presidente, e aí o parecer tem que ser dado no Plenário.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas se reunir para quê?

O SR. LEBRÃO – Então, é preciso, eu gostaria que Vossa Excelência, através de ofício, encaminhasse aos Presidentes das Comissões que cortem aqueles que compõem a Comissão e que não participam, porque se fizer um levantamento hoje das Comissões na Assembleia Legislativa são muito poucas que se reúnem. Então, nós temos que corrigir, nós temos que cortar os erros que nós temos aqui dentro das Comissões para

não acontecer o que acontece hoje no Plenário da Assembleia, aqui dentro do Parlamento.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu concordo com Vossa Excelência, Deputado Lebrão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Que as Comissões não se reúnem, para quê? Se os projetos vota tudo que chega aqui no Plenário, vai reunir para quê? Não tem necessidade de reunir.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só quero dizer que eu sou Presidente de uma Comissão. Sempre que teve matéria nós nos reunimos na Comissão de Esportes, embora tenha pouca matéria, porque eu fui vetado de participar em outras Comissões no começo desse mandato desta Casa. Então, quero dizer que eu estou sempre à disposição e eu acho que tem que ser punido quem merece, quem não vai às Comissões principais que são. E eu estou até estranhando hoje que eu recebi um ofício hoje que a segunda vez que indeferi na Comissão de Constituição e Justiça um projeto importantíssimo que foi aprovado no Rio Grande do Sul por um Deputado estadual, e agora de novo, aquele que eu citei quando a Diretora Geral do DETRAN esteve aqui, que é um projeto dando uma isenção de 5% ou 10% para aquele que paga em dia o seu imposto do carro. E a Redação e Justiça nem deixou vir para o Plenário a segunda vez, parece que tem marcação. Tem Comissão que sacaneia e aprova aqui muitos projetos inconstitucionais que não têm lógica, aprovam aqui vários projetos que deliberam coisas importantes no Estado, que nós votamos favorável, até aprovou o que agora fica, é a segunda vez que está rejeitando a Comissão de Redação e Justiça um projeto superimportante, e eu tenho cópia dele aonde um Deputado do Rio Grande do Sul aprovou, é constitucional, e aqui nesta Casa tem perseguição, pessoas que não respeitam os colegas.

Então, eu quero deixar aqui registrada a minha indignação. Dia 13 agora, semana passada, foi indeferido mais uma vez. O ano passado eu entrei, foi indeferido. Então, eu não concordo, quero deixar aqui o meu protesto à Comissão. E quando nós no começo dessa legislatura, eu queria participar na Comissão de Agricultura, eu fui vetado pela turma, na época que era do Válder Araújo, eu queria na Redação, todas as Comissões principais nós fomos vetados, aí sobrou a Comissão de Esporte. E dentro da Comissão de Esporte, o que nós podemos fazer, nós estamos fazendo. Agora, as pessoas que estão lá, os Deputados que estão lá não participam, têm que dar oportunidade para os outros. Agora, eu não concordo, que nós aprovamos aqui muitos projetos inconstitucionais de muitas pessoas que passaram na Redação e Justiça, que é inconstitucional, a gente sabe que é, e esse é constitucional e não deixa passar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, Vossa Excelência faz um requerimento e traz para o Plenário o projeto que aí nós colocamos no Plenário. Vamos encerrar esta discussão...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu coloquei ano passado, faltaram dois votos para aprovar. Coloquei de novo na Comissão...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Coloca, porque isso aí você não pode, é a Comissão, é o entendimento da Comissão, Vossa Excelência coloca aqui no Plenário, se a maioria entender que o seu projeto tem que tocar, continua valendo. Olha, Ribamar...

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, Presidente?
Eu só gostaria, Presidente, de dizer que eu concordo plenamente quando Vossa Excelência diz de eliminar parte das Comissões que não se reúne, porque eu acho que as Comissões precisam se reunir, mostrar o trabalho. Eu tenho sempre, mesmo na condição de suplente, já até pedi várias vezes a minha efetivação na Comissão de Constituição e Justiça, sempre estou presente nas reuniões. Mas o que eu gostaria só de dizer é o seguinte: o que eu tenho a dizer é que a Casa sempre tem ajudado o Governo, agora, eu não posso aceitar, como o Deputado Flávio Lemos, se quer colocar palavras na minha boca quando eu estou dizendo que eu estou trazendo a responsabilidade para a Casa. Não é isso! Eu não disse isso, Deputado Flávio Lemos, eu disse o seguinte: quando o Presidente disse quer fazer cumprir o Regimento, os prazos na Casa, eu estou dizendo que o projeto da cadeia de Machadinho está aqui na Casa desde o dia 18.03, e gostaria realmente que ele fosse analisado, fosse votado, porque a população dali do Machadinho eles estão ansiosos que essa obra se inicie, há um convênio. É só isso que eu gostaria de deixar claro, senhor Presidente, que eu não quis trazer a responsabilidade para esta Casa, eu posso dizer que a Assembleia Legislativa sempre tem contribuído, votando as matérias aqui desta Casa. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Edson, eu só quero dizer o seguinte: no diálogo aqui a gente pode tudo, agora, na base da marra é complicado, mas no diálogo tudo é possível, Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Faz muito tempo que aonde eu tenho oportunidade de ir Brasil afora, eu defendo, falo em Guajará-Mirim e defendo que se faça alguma coisa, seja em nível de Governo de Estado ou em nível de Governo Federal para Guajará-Mirim não acabar. Guajará-Mirim tem sofrido muito porque transformaram aquele município numa reserva inteira, não se produz mais nada. Não tem produção agrícola, não tem produção pecuária, os outros municípios de Rondônia todos têm, os outros, por menores que sejam, por mais fraco que seja, tem a agricultura e a pecuária dando sustentação à sua economia, menos Guajará-Mirim. Então, tem que haver uma ação do Governo do Estado como está tendo agora, e também do Governo Federal para ver se a gente salva Guajará-Mirim. Em nível de Brasil, fizeram isso com Roraima, acabaram com Roraima e transformaram tudo em reserva, e até agora não criaram nada de incentivos para o desenvolvimento daquele lugar, daquele Estado. Resultado: um Estado que já foi mais pujante do que Rondônia, tinha uma população maior do que nós, tinha uma economia maior do que a nossa, tinha um

rebanho bovino maior do que o nosso, enfim, tudo lá era melhor e maior do que o nós. Hoje é o pior Estado da Federação, não produz nada, ainda vive um pouquinho sobrevivendo do contracheque. Eu recebi uma ligação agora do Prefeito de Guajará-Mirim, do meu partido do PT, Partido dos Trabalhadores, pedindo até pelo amor de Deus que a gente ajudasse neste Projeto, ajudasse que este Projeto fosse votado aqui. Agora, mesmo assim, eu expliquei para ele, Deputado, Presidente Hermínio, que por mais mal intencionado que seja um Deputado aqui, por mais que o Deputado seja contra o Governo, até de maneira irresponsável, mas é prerrogativa de Deputado conhecer o que é que está escrito no projeto. Isso aí eu jamais pediria da minha parte que fosse atropelado, votando em um projeto que o Deputado não conhece, isso é prerrogativa dele. Não estou defendendo aqui Deputado nenhum, porque tem muitos aqui mal intencionados, argumentos de maneira mentirosa, mas é prerrogativa dele temos que respeitar. Eu só quero deixar isso claro, a minha posição clara. Mas que é importante votar este projeto é muito importante, este projeto para Guajará-Mirim é muito importante e garanti para o Prefeito de Guajará-Mirim que farei todo esforço para que o projeto seja aprovado no menor espaço de tempo possível, mas respeitando, falei pra ele, respeitando as prerrogativas da Casa e dos Deputados.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribamar. Eu vou falar uma coisa muito importante aí, Deputado Ribamar, com relação a Guajará e, inclusive, nós, porque é bom se fosse todo mundo, estivesse todo mundo interessado, a Assembleia, o Executivo, principalmente o Executivo, no mesmo objetivo, porque Guajará, como Vossa Excelência falou muito bem, Guajará-Mirim tem que ser compensada pela União, pelo Estado e pelo mundo pelo fato de manter lá 93% de reserva. Agora, Deputado Ribamar, a nossa preocupação, a nossa preocupação é só o seguinte: a minha preocupação é que nós estejamos aprovando aqui gato por lebre. Eles falam que é muito bom para o povo, e a minha preocupação, porque eu desconfio, a gente, todas as vezes que a gente tem feito isso aqui, tem acontecido isso, Deputado Adelino, nós temos acreditado na boa-fé e depois não é bem assim. A minha preocupação é essa. Agora, eu estava falando com o Prefeito, o Deputado Cláudio colocou, é o que mais questiona esta questão de votar projetos sem a gente saber, o projeto chegou agora, 20, mas é como eu falei, Deputado Cláudio, o Prefeito é uma pessoa boa, o Deputado Ribamar já falou isso aí, por mim não teria e se for da vontade dos Deputados essa questão de Guajará-Mirim, agora, a questão lá de presidio, essa questão de liberar dinheiro lá para o Governo da forma em que eles estão pedindo. Até porque o que eu queria citar aqui é o seguinte: tem um projeto de R\$560.000,00 para as irmãs Marcelina que a Assembleia, que é aprovado no orçamento do Estado deste ano, no ano passado a Assembleia aprovou, e o Governo diz que não paga esses R\$560.000,00 lá para as irmãs Marcelina. Agora, dizer que o dinheiro nós temos que liberar o dinheiro para fazer o presidio lá que é importante. E o das irmãs Marcelina não é importante, não? E outra coisa: por que não incluiu a Escola do Luizinho

lá, que está caindo nestes programas, só coloca presídio? Dinheiro emprestado, isso é dinheiro do empréstimo, este do presídio, como da obra lá da estrada...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente. Eu até falei para o Deputado Cláudio aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Aí, Deputado Cláudio, o Deputado Ribamar pediu comida para Ribamar. Eu acredito, porque isso é perigoso mesmo, Deputado Ribamar, do jeito que está acontecendo este debate aqui, amanhã está o povo de Guajará xingando Deputado aqui que Deputado não quis aprovar o Projeto do Governo.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero registrar que o Deputado Cláudio ligou para o Prefeito, falei para ele ligar, e uma pessoa tinha me ligado da Prefeitura e ele falou de suma importância. Eu quero deixar registrado aqui que foi desafiado aí pelo Deputado Luizinho, a Deputada Carmen também citou que tem que ler o Projeto. Eu já li umas quatro vezes. Eu recebi agora...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas isso não diz nada.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É só uma folha, é só uma folha.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É isso, não diz nada.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, eu acho que também as pessoas têm que procurar saber. Aqui tem os artigos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, lê você leu, mas o que está dizendo aí?

O SR. ADELINO FOLLADOR – É baseado em uma decisão em uma Lei Federal, não pode ser. Então eu gostaria de dizer para ler, se foi desafiado, se alguém leu.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, sim.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu li, depois que eu li é que eu comecei a defender, e está aqui o projeto e eu não vejo pegadinha porque é só uma página aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Lê eu também li, agora saber de alguma coisa que...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, porque me desafiou que se alguém tivesse lido iria chamar lá para, então, eu quero dizer que, acho não, tenho certeza que é um projeto superimportante e Guajará-Mirim precisa disso. O Prefeito agora confirmou para o Deputado Cláudio, confirmou para o Deputado Ribamar. E Guajará está passando por uma situação muito difícil. Então, se nós pudéssemos votar hoje, não seria

ruim, não, acho que nós temos. O senhor está certo, certos projetos que nós votamos aqui depois ficou com dúvidas, mas esse aqui é um superimportante. A discussão do CONFAZ, as isenções das empresas de Rondônia, nós temos que ter. Porque se nós não tivermos, não renovarmos, também, em outros Municípios as isenções que tem eles vão sair para outros Estados. E o CONFAZ, a isenção do ICMS, essa discussão do CONFAZ é muito importante, e principalmente para Guajará-Mirim.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada Epifânia.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Presidente, eu só queria aqui aproveitar aqui, a intervenção do Deputado Ribamar Araújo e a presença do Chefe da Casa Civil. Nós, o Deputado Kaká, aqui, pediu para inserir na pauta este Projeto e eu li rapidamente ali, e independente da ligação do Prefeito Dúlcio a gente está participando dos debates, sabe dos impactos que estão causando à sociedade, esse problema da enchente, principalmente, de Guajará-Mirim e a gente sabe da importância desse Projeto que, obviamente, é um recurso que vai circular. E a minha pergunta foi muito clara, que era sobre a questão de tempo e eu apresentei uma proposta que era a inserção da Emenda. E assim eu não iria pra casa hoje feliz se eu não viesse nesta tribuna e dissesse ao chefe da Casa Civil: não gostei, particularmente, da maneira ali que o Secretário de Fazenda se dirigiu a minha pessoa, eu não sei se ele está aqui, ainda, porque eu não estou aqui de maneira nenhuma para atrapalhar qualquer situação. Eu estou aqui exercendo o meu direito, que é debater o Projeto, que é pedir esclarecimento, e propor aquilo que eu acho interessante. Se os Pares acatarem, acharem que é importante bem, se não pode rejeitar com muita tranquilidade. Eu não saio daqui deste espaço do meu mandato para ir lá com o Secretário dizer o que ele tem que fazer, no máximo eu faço uma indicação, eu participo de uma reunião, eu proponho alguma coisa, ele vai acatar ou não. Então, assim: eu não gostei. Aproveitar a presença aqui do Chefe da Casa Civil para que por gentileza possa conversar com o Secretário de Fazenda, porque eu não sou uma pessoa irresponsável. Todas as intervenções que eu faço aqui acredito que não sejam desqualificadas, eu procuro saber antes o que eu vou falar para não falar bobagens, e eu pedi um esclarecimento, não houve o esclarecimento e eu pedi apenas para que inserisse o prazo, inclusive, eu já tinha conversado antes com o Deputado Ribamar, com o Deputado Lebrão e eles falaram: Não, dê uma olhada, porque se tiver qualquer alguma coisa a gente precisa para não cometer nenhuma falha. Então, eu gostaria que o mesmo respeito que eu tenho com o Poder Executivo, faço as críticas que eu acredito que são devidas, não são irresponsáveis, se acharem ruim a gente pode ir pra o debate, não tem problema nenhum. Mas esse mesmo respeito que fosse também dado a minha pessoa porque eu estou exercendo o meu mandato aqui e creio que as intervenções que eu faço elas não são irresponsáveis e de maneira nenhuma interesseira. Era isso Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado.

O SR. BRITO DO INCRA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Brito.

O SR. BRITO DO INCRA – Presidente, eu estou ouvindo aqui desde o início da discussão, tudo, os debates que aconteceram aqui, até porque nós estamos aqui na Assembleia Legislativa onde tem 24 Deputados, cada um tem o seu poder de convencimento e o seu poder de chegar aqui e dizer o que pensa. Eu queria assim, muito com o pé no chão e propriedade, evocar o senso de justiça que lhe é peculiar, eu acho que o Deputado Hermínio, além de ser um cidadão de Rondônia, é um homem que eu tenho certeza que tem senso de justiça, eu conheço Vossa Excelência há mais de 30 anos e eu queria fazer um pedido aqui, já que nós estamos nessa discussão, que Vossa Excelência revisse, desse uma retornada com relação ao que foi discutido aqui e verificasse a possibilidade de pensar pelo menos na população de Guajará-Mirim que encontra-se numa situação de calamidade pública, não é nem questão de emergência, estou pedindo para Vossa Excelência aqui, eu tenho certeza que o que o Prefeito de Guajará-Mirim colocou aqui, os Deputados, inclusive Deputados do partido dele, que é do PT o Deputado Ribamar Araújo e o Deputado Cláudio Carvalho ele pediu porque ele sabe do que está acontecendo, eu também não conheço o Projeto, não li o Projeto, mas eu queria muito, eu tenho certeza que a prerrogativa que Vossa Excelência tem em sua mão como Presidente é de não colocar em votação, mas se Vossa Excelência puder me ouvir, eu estou pedindo, única, uma voz só, uma voz só, em nome da população de Guajará-Mirim eu queria que Vossa Excelência revisse o seu posicionamento. Obrigado, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria só dizer, Deputado Brito, o seguinte, Deputado Brito, só colocar o seguinte: primeiro, Brito, o problema que esse Governo ele usa de cada artifício. O que é que esse Projeto tem a ver com calamidade pública? Você dá isenção para a Coimbra e Nova Era e Cia, tem a ver com calamidade pública? Com a desgraça das pessoas que estão morrendo afogadas, de fome ou de doença? O que é que esse Projeto tem a ver? Se ele quer, então vamos ampliar para atender aqui os desabrigados também, os empresários, os pequenos empresários que foram abrigados aqui também no município de Porto Velho, Nova Mamoré, Rolim de Moura, vamos ampliar então.

Isso aqui, Deputado Brito, é como eu falei, Deputado Brito, mas isso aqui, Deputado Brito, isso aqui não vai salvar Guajará de nada, isso aqui não vai salvar, abrir, dá isenção para esses empresários há décadas que dão e Guajará-Mirim vem diminuindo a cada ano, isso aqui não salva nada, isso aqui vai ajudar a salvar mais um pouquinho Coimbra, Nova Era e Cia., o povo mesmo não salva nada. É só conversa fiada. Vão daqui a um ano lá em Guajará, eu convido vocês daqui a um ano e vamos lá em Guajará-Mirim ver se está diferente de hoje. Da forma que esses políticos nossos trabalham aqui, mas não tem problema, não, se for da vontade aqui dos Deputados, Deputado

Cláudio, Vossa Excelência, a Deputada Epifânia, o Deputado Ribamar, o nosso Deputado Ribamar, inclusive ele falou da questão, tem um tal, como é que chama, de carbono que eles falam? Crédito de carbono. Vamos ver o que é isso e vamos fazer um debate aqui, aí sim nós vamos ajudar Guajará-Mirim, fazer alguém compensar Guajará-Mirim por manter lá 93% de reserva de floresta. Oi, Deputado Cláudio?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É outra enganação, não é, Deputado Ribamar?

Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quando Vossa Excelência fala aqui que não vai resolver o problema, eu concordo com Vossa Excelência, mas vai diminuir a arrecadação. Manaus, se deixar de ter a Zona Franca, aquelas empresas não ficam lá, elas estão lá porque tem a isenção como a mesma coisa Guajará-Mirim. O pessoal que está lá e o que está se instalando, essas empresas que estão lá elas estão lá porque tem a isenção, senão elas vêm para Porto Velho, elas vêm para Guajará. Então, automaticamente, vai baixar a arrecadação. Estou colocando porque fui Prefeito 12 anos, a isenção é para atrair as empresas, se tirar as isenções eles vão para lugar mais confortável, onde tem mais gente para comprar, onde circula mais fácil, onde tem menos despesa de transporte. Então, quero dizer para Vossa Excelência, com certeza, deixe, não vai resolver o problema, mas ajuda manter pelo menos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou incluir na pauta. Vamos parar a discussão

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou incluir na pauta. Vamos parar a discussão.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Só no sentido, Presidente, do que foi, está sendo discutido aqui, não apenas a matéria, mas a forma. Vossa Excelência hoje colocou de forma muito clara. Nós já aprovamos algumas leis aqui nesta Casa empurrados pela vontade de alguns dizendo que o povo tem pressa. Eu vou dar exemplo de dois Projetos que nós prejudicamos a vida do povo de Rondônia, ambos do DETRAN, foi aprovado em dezembro de 2012, 25% de aumento nas taxas do DETRAN, eu não estava aqui ainda na Casa, foi no momento que eu estava entrando. Então, o seguinte, se tivesse lido bem lido aquilo ali, eu acredito que não tinha votado, ao menos que foi mal intencionado. Outra coisa, já que foi votado, no final do ano passado veio um Projeto do DETRAN aqui e sempre aqui em Rondônia a gente quando ia renovar a documentação do carro, Presidente, o IPVA a gente poderia parcelar em três parcelas a contar daquela data do vencimento. Nós aprovamos uma lei que mudou, o parcelamento ele pode ocorrer agora, mas aí só pode ser até a data do vencimento, ou seja, acabou o parcelamento. Então, há algo de um Projeto rápido que chegou nesta Casa, que foi aprovado, que trouxe prejuízo para

o povo e se muitas coisas que estão acontecendo aqui nessa política do empurra-empurra, pode ocorrer isso, tudo bem, essa questão de Guajará agora, até porque liguei para o Prefeito a pedido do Deputado Adelino, e ele falou que essa discussão já aconteceu lá e que por bem deveria aprovar. Mas isso não pode servir para a gente ouvir alguns argumentos aqui de construção de presídios que a gente sabe que o interesse é construir e não usufruir do bem público e como está em final de governo está querendo gastar o dinheiro e se quisesse aplicar dinheiro bem, Presidente, tem dinheiro que está perdendo, o esgotamento sanitário de Porto Velho que está aí desde 2008. Cadê a pressa para construir? É porque é recurso federal, tem dificuldade, será de autorização para pagamento? Me parece que é. Então, Presidente, coloque, eu acho que Vossa Excelência está correto não pode deixar esta Casa aprovar Lei no atropelo, mas essa questão de Guajará não fui convencido pelos colegas, mas até pela conversa do Prefeito, que é o maior interessado lá, não vou ser impedimento para aprovação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Cláudio, Vossa Excelência falou muito bem a questão do DETRAN, nós votamos sim no final do ano de 2012, nós votamos sabendo e depois nós reconhecemos a besteira que nós fizemos e nós revogamos. Assembleia, todos os Deputados, nós revogamos a Lei. O mais absurdo que nós fizemos aqui foi agora no início deste ano, inclusive eu não estava aqui no dia, mas foi um absurdo, o Governo caloteiro não recolhe o dinheiro que desconta dos trabalhadores do IPERON, a contribuição previdenciária, o Governo desconta dos trabalhadores e não recolhe, ficou quase um ano dando calote no IPERON, Deputada Epifânia; aí, agora, parece que foi fevereiro ou foi março, mandou o Projeto para cá para a Assembleia parcelar em 240 vezes. Eu até falei para o Deputado Maurão: Deputado Maurão, foi Vossa Excelência que aprovou? Se Vossa Excelência for Governador é bom que Vossa Excelência vai pagar as contas do Confúcio lá na frente. É como eu falei, aqui, sabe o que nós tínhamos que fazer? Enquadrar ele, que isso é crime, é apropriação indébita. Aí não, nós vamos é parcelar o homem, o homem não, parcelar uma dívida que é a parte dos trabalhadores, eles teriam que recolher, não pode atrasar a parte do trabalhador, é apropriação indébita que ele desconta nos contracheque dos trabalhadores. Nós vamos então incluir. Eu não acredito que nós não vamos ter quórum hoje aqui, se amanhã não tem quórum, mas eu vou chamar todos os Deputados para virem ao Plenário, senão eu vou colocar falta. Nós vamos deferir o requerimento a pedido dos Deputados aqui e eu espero que realmente esse Projeto seja para o bem de Guajará-Mirim, o Projeto de Lei Nº 1271/14, incluir na Ordem do Dia.

Registrar a presença aqui do meu companheiro o Vereador Sergio Sequessabe, de Rolim de Moura. Obrigado, Sequessabe, pela presença; seja bem-vindo aqui à nossa Casa.

Solicito ao nosso Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas. Convidar os Deputados a virem para o Plenário, eu vou pedir a verificação de quórum e quem não estiver no Plenário vai ficar com falta. Porque hoje nós votando os projetos todos, esses projetos que estão colocados na Ordem do Dia, votando hoje, amanhã os Deputados já ficam

livres se quiserem ir participar de algum evento em Ji-Paraná ou qualquer outro lugar no Estado, já fica livre, porque nós já fechamos todos os projetos que tínhamos que votar na semana, a gente votaria hoje.

Eu vou convidar todos os Deputados para vir para o Plenário, nós vamos votar só os projetos dos Deputados, e esse projeto que é de interesse de Guajará-Mirim nós vamos incluir na Ordem do Dia.

Vamos pedir a verificação de quórum, se não tiver quórum, fazer o quê? Não vota nada, vamos pedir para os Deputados registrar as presenças.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Brito do Incra	- presente
- Deputada Carmen Gon	- presente
- Deputado Cláudio Carvalho	- presente
- Deputada Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputado Epifânia Barbosa	- presente
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- presente
- Deputada Glaucione	- presente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputada Professora Stella	- presente
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- presente

Com 14 presenças e 10 ausências.

Solicito ao nosso Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas, porque deu quórum regimental.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 1058/2013 DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO – Institui o dia 09 de agosto como dia em “Memória às Vítimas do Massacre de Corumbiara” no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto já tem o parecer das Comissões.

Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.
Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1171/2014 DO DEPUTADO LEBRÃO. Dispõe sobre o evento desfile oficial da cavalgada no Estado de Rondônia como bem de natureza imaterial que integra o patrimônio cultural Rondoniense, prevê o itinerário do desfile de modo que seja garantido o bem-estar das pessoas e dos animais durante o desfile, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto já tem o Parecer das Comissões.

Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1199/14 DO DEPUTADO EUCLIDES MACIEL. Instituir 28 de abril o dia estadual da tolerância zero, “Diga Não à Violência”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Tem o Parecer das Comissões no Projeto.

Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 1188/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 032. Cria o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Izildinha Marvin da Silva Santos, localizado no distrito de Extrema, município de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. Pedir ao Deputado Kaká para dar o Parecer no Projeto, com Emenda.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei 1188/14 que cria o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Izildinha Marvin da Silva Santos, localizado no distrito de Extrema, município de Porto Velho. Pela legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer favorável, acatando a Emenda.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Kaká Mendonça, que é pela aprovação do Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer no Projeto, com Emenda.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 1249/14 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 089.

Acrescenta o inciso VII ao artigo 31 da Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013, que “Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Kaká para dar Parecer no Projeto.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei nº 1249/14, acrescenta o inciso VII ao artigo 31, da Lei nº 3.018. Pela legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Kaká Mendonça. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 1271/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 107. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção parcial ou total do ICMS nas operações realizadas por lojas francas instaladas na sede do município de Guajará-Mirim e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. Solicito ao Deputado Kaká dar o Parecer no Projeto.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei 1271/14, concede isenção ao município de Guajará-Mirim. Pela legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Kaká. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 139/13 DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º Sargento PM Francinaldo Araújo Silva.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto está com Parecer. Em discussão e votação única. Votação nominal, precisa de 13 votos.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado do Brito do Incra	- sim
- Deputada Carmem Gon	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputada Professora Stella	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputada Professora Stella	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. *Com 13 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.*

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/14 DO DEPUTADO LEBRÃO. Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Nanci Maria Rodrigues da Silva.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. Solicito ao Deputado Kaká emitir o Parecer.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Decreto Legislativo 170/14. Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Nanci Maria Rodrigues da Silva, de autoria do Deputado Lebrão. Pela legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Kaká Mendonça. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer, que é pela aprovação do Projeto.

Em discussão e votação única o Projeto. Votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado do Brito do Incra	- sim
- Deputada Carmem Gon	- sim

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, senhor Presidente. Quero agradecer ao Deputado Cláudio Carvalho que reconsiderou o seu voto. Eu, como madeireiro que sou, jamais pensei que um dia ia pedir a concessão de um título honorífico para uma pessoa representante de uma instituição como a SEDAM ou como o próprio IBAMA, mas eu quero dizer que a Nanci, sem dúvida nenhuma, fez a diferença, principalmente no setor madeireiro do Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu também gosto da Nanci.

Votação encerrada. *Com 15 votos favoráveis está aprovado o título. Vai ao Expediente.*

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180/14, DEPUTADO BRITO DO INCRA. Concede Medalha de Mérito Legislativo Lélío Lopes Ferreira Júnior.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer, Deputado Flávio Lemos para emitir o parecer. Quando o Brito foi Secretário de Meio Ambiente você não propôs medalha para ele, não é?

O SR. LEBRÃO – O Brito, na verdade não precisa receber essa medalha, ele já é considerado um grande cidadão do Estado de Rondônia, já tem o seu título através dos votos que foram concedidos e que outorgaram a ele o direito de ser representante do povo do Estado de Rondônia como Deputado estadual, e eu não tenho dúvida que na próxima eleição ele voltará ainda muito mais forte e sem dúvida nenhuma ocupará um assento, que é mérito do trabalho que ele fez, não somente como Deputado, mas como pessoa que é, como cidadão que sempre foi do Estado de Rondônia e pelo trabalho que faz à

frente do INCRA do nosso Estado e que é referenciado, sem dúvida nenhuma merece todo nosso respeito.

O SR. BRITO DO INCRA – Obrigado. Se eu não for eleito, eu vou trabalhar no seu gabinete. Obrigado, irmão, valeu.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo 180/2014, Deputado Brito do INCRA, concede Medalha de Mérito Legislativo a Lélío Lopes Ferreira Júnior. De acordo com a regimentabilidade e com a constitucionalidade, sou de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Flávio Lemos. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o projeto. Votação nominal, o painel está aberto.

VOTAÇÃO NOMINAL

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Brito do INCRA	- sim
- Deputada Carmem Gon	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputada Prof. Stella	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. Com 14 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO - DEPUTADO BRITO DO INCRA, requer dispensa de interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei nº 1058/14, 1171/14, 1188/14, 1199/14, 1249/14 e 1271/14.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. BRITO DO INCRA (Secretário ad hoc) – Encerradas as matérias da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos as Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão extraordinária no prazo de um minuto com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação as matérias aprovadas em primeira nesta sessão.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 18 horas e 33 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

INDICAÇÃO DO DEPUTADO CÉSAR LICÓRIO – Indica ao Poder Executivo a necessidade de implantação de Manilhas no distrito de Vila União do município de Campo Novo/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo através do DER a necessidade de implantação de Manilhas para atender os moradores no distrito de Vila União no município de Campo Novo.

JUSTIFICATIVA

É necessária a implantação de manilhas no distrito de Nova União, pois o nível do asfalto da RO-460 ficou bem mais alto do que as residências locais, agravado agora com as fortes chuvas que caíram, abrindo grandes crateras impedindo e dificultando o acesso dos moradores ao Posto de Saúde, Escola Municipal, Posto de Gasolina dentre outros, causando transtornos e prejudicando a comunidade.

Diante desses fatos, salientamos a ampla necessidade na colocação das manilhas, garantindo a infraestrutura e melhorando os problemas com enchente e lama na localidade, provocada pela chuva. Com isso, proporcionamos maior

infraestrutura e asseguramos mais qualidade de vida para a população.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2014.
Dep. César Licório.

INDICAÇÃO DEPUTADA PROFESSORA STELLA – PR – Indica pedido ao Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia – DEOSP/RO a compra de turbo ármico, para a substituição de pontes e bueiros na linha-601 no município de Jaru.

A Deputada que esta subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Secretário do DEOSP do Estado de Rondônia, a necessidade da compra de turbo ármico, para a substituição de pontes e bueiros na linha-601 no município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município de Jaru, é que fora solicitados pelo vereador Clóvis Morali Andrade, a compra de um turbo ármico para substituição de pontes e bueiros na linha 601 localizada no município de Jaru, tendo em vista que o mesmo se encontra danificado, podendo romper a qualquer momento o tráfico daquela região, causando transtornos ainda maiores.

Outrossim, frisa-se a importância deste pleito, tendo em vista que trata diretamente de melhores condições de vida dos moradores da linha-601, bem como ao escoamento da produção daquela região.

Dessa forma solicito apoio de vossas excelências para aprovação de nossa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2014.
Dep. Professora Stella - PR

REQUERIMENTO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO – PSD – Requer aprovação de Voto de Repúdio ao Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), por sua declaração, na manhã do último dia primeiro de maio, durante inauguração de uma companhia da Polícia Militar em Niterói, na região metropolitana do Rio, desrespeitando o Estado de Rondônia, ao afirmar que criminosos que matam policiais devem ser mandados para cumprir pena em Rondônia, como forma de punição.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, com base no artigo 181, XIII do Regimento Interno, que seja aprovado Voto de Repúdio ao Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), que de forma desrespeitosa ofendeu o estado de Rondônia, na manhã do último dia primeiro de maio, durante inauguração de uma companhia da Polícia Militar em Niterói, na região metropolitana do Rio, dizendo que pedirá o envio de criminosos que matarem policiais para unidades federais, afirmando textualmente: “Tem

que ter outro tipo de pena e mandá-los para unidades federais bem longe, como no caso de Rondônia .

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente voto de repúdio tem como objetivo tornar público a indignação dos cidadãos rondonienses em razão da declaração do Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), ao afirmar no dia 1º de maio do corrente ano, que criminosos que matam policiais no Rio, devem ser mandados para presídios federais bem longe, e citou o estado de Rondônia como destino.

O senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi muito infeliz em suas declarações, pois o que é ruim para eles, seguramente é ruim para qualquer Estado, inclusive e principalmente para nosso Estado, deixando bem claro o grau de desconsideração e de falta de respeito para com Rondônia, por parte de alguns políticos e até mesmo autoridades a nível federal.

O que nos indigna é o silêncio de nossos representantes em Brasília e o Governo do Estado, que não se manifestam num caso como esse. Nosso Estado está sendo tratado como depósito de marginais, e mais ainda, como forma de punição severa para bandidos: “Quer matar policiais, então vamos mandar você para Rondônia!” É claro que somos a favor de punição severa para esses criminosos, mas isso tem que ser feito em Brasília, com a aprovação de penas severas, com a reforma do Código Penal que está emperrada, que não sai nunca do papel. Mandar pra Rondônia não.

Isso é inadmissível! Basta a situação em que nosso Estado já se encontra, porque no Governo Confúcio Moura, do PMDB, a segurança pública sofreu retrocesso, pois além de profissionais mal remunerados, humilhados e desvalorizados, a grande maioria dos prédios estão a ponto de sofrer interdição por colocar em risco de morte a vida das pessoas.

Não podemos nos calar diante de tamanho desrespeito ao nosso Estado, por isso contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nosso Requerimento.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2014.
Dep. Hermínio Coelho – Presidente ALE/RO

INDICAÇÃO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB – Indica ao Senhor Governador, através do DER, viabilizar Força Tarefa para executar recuperação dos Núcleos Urbanos na Pós-Cheia nos Distritos de Jaci Paraná, Abunã e Fortaleza do Abunã.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Senhor Governador do Estado, através do DER, viabilizar Força Tarefa para executar recuperação dos Núcleos Urbanos na Pós-Cheia nos Distritos de Jaci Paraná, Abunã e Fortaleza do Abunã.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

O atendimento desta solicitação é de suma importância para essas regiões, pois, no pós-enchente, essa força tarefa faz-se necessário viabilizar recuperação em melhoria na estrutura urbana, possibilitando melhores condições de readaptação da população, ora sofrida com o advento. Atendendo essa demanda, estará dando condições adequadas e conforto a população desses Distritos.

Portanto, conto com a grandeza e sensibilidade dos nobres Pares, no acolhimento de nossa propositura, que vem ao encontro dos anseios dessa Região que tanto precisa desses serviços.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2014.
Dep. Zequinha Araújo – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADA PROFESSORA STELLA – PR – Indica pedido ao DETRAN/RO a sinalização nas ruas das Escolas Públicas e Estaduais do município de Jaru.

A Deputada que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, indica a Diretora do DETRAN/RO do Estado de Rondônia, a necessidade da sinalização nas ruas das Escolas Públicas e Estaduais do município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Visando a segurança dos moradores do município de Jaru e dos alunos das Escolas Públicas e Estaduais daquele município, fora solicitado ao vereador de Jaru Clovis Morali Andrade, recursos para o fim de sinalizar as ruas das Escolas Públicas e Estaduais, objetivando oferecer melhores condições a estes alunos, bem como a todos os moradores.

Outrossim, frisa-se a importância deste pleito, tendo em vista que trata diretamente da segurança de crianças, no que concerne a prevenção de acidentes com a melhor sinalização das ruas.

Dessa forma solicito apoio de vossas excelências para aprovação de nossa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2014.
Dep. Professora Stella – PR

INDICAÇÃO DEPUTADA PROFESSORA STELLA – PR – Indica aquisição de um ônibus para Associação Vinícius de Moraes do município de Jaru.

A Deputada que subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade da aquisição de um ônibus para Associação Vinícius de Moraes do município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Visando a segurança e qualidade dos Universitários Jaruenses da Associação Vinícius de Moraes, é que fora solicitado pelos vereadores de Jaru Cássia Gomes dos Santos

e Antônio Pereira Cabral, a aquisição de um ônibus para atender os universitários que estão sem meio de transporte para se dirigirem ao município de Ji-Paraná, onde ali prestam Faculdade.

Contudo, o ônibus que hoje é disponibilizado para este fim, encontra-se em situação deteriorada, causando grande risco a esses Universitários, bem como a falta de qualidade no transporte.

Outrossim, com o único objetivo o de melhor atender a esses cidadãos que vão e voltam para a sua cidade todos os dias, a fim de concluírem o curso superior, é que requer a aquisição de um novo ônibus.

Dessa forma solicito apoio de vossas excelências para aprovação de nossa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2014.
Dep. Professora Stella – PR.

INDICAÇÃO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB – Indica ao Senhor Governador, através da DEOSP. Reforma na Estrutura Metálica, cobertura, banheiros, instalação do alambrado, polimento do piso da quadra e ampliação da sala dos instrumentos musicais da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tancredo Neves (EEEFM), do município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Senhor Governador do Estado, através do DEOSP reforma na Estrutura Metálica, cobertura, banheiros, instalação do alambrado, polimento do piso da quadra e ampliação da sala dos instrumentos musicais da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tancredo Neves (EEEFM), do município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

O atendimento desta solicitação é de suma importância para essa Escola e comunidade, pois viabilizará a melhoria na estrutura deste estabelecimento de ensino viabilizando condições adequadas para prática esportiva e outras ações, com certeza dando um maior conforto aos estudantes para execução de suas atividades.

Portanto, conto com a grandeza e sensibilidade dos nobres Pares, no acolhimento de nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2014.
Dep. Zequinha Araújo – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB – Indica ao Governado do Estado, a necessidade de realizar parceria com a Eletrobrás – Distribuição Rondônia – com vistas a Climatização das Escolas da Rede Estadual de ensino, localizadas nos municípios de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, com amparo regimental (Art. 188 - RI-ALE), indica ao Governo do Estado a necessidade de que seja viabilizado parceria com a Eletrobrás

– Distribuição Rondônia, a fim de que seja feito a climatização das escolas da Rede Estadual de ensino, localizadas nos municípios de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Objetiva a presente proposição em solicitar ao Governo do Estado a necessidade de que seja realizada parceria com a Eletrobrás – Distribuição Rondônia, a fim de que, seja possível a climatização das escolas da Rede Estadual de ensino localizados nos municípios de Rondônia. A finalidade principal desta parceria com a Eletrobrás – Distribuição Rondônia – é que a empresa de energia elétrica disponibilize técnicos e profissionais da área de instalações elétricas a fim de reforçar as subestações nos locais próximos as escolas, de conformidade com as normas que regem os citados serviços. Essa mão de obra parceira irá reduzir os custos dessas climatizações para o Governo do Estado.

Este parlamentar, assim como os ilustres pares, sabem da força do verão amazônico, que devido a falta de climatização das escolas reduzem o desempenho escolar dos alunos.

Ante o exposto, peço aos nobres pares, apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2014.

Dep. Jean Oliveira – PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO PROFESSORA STELLA – PR – Indica pedido de pavimentação asfáltica da Rua Almirante Barroso Setor 07 no Município de Jaru.

A Deputada que subscreve, ouvindo o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade da Pavimentação Asfáltica da Rua Almirante Barroso Setor 07 no município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Visando a melhoria na qualidade de vida e locomoção dos moradores do município de Jaru, é que fora solicitado pelos vereador José Claudio Gomes da Silva, recursos para a pavimentação Asfáltica da Rua Almirante Barroso, Setor 07, com o objetivo de atender os moradores do Município e principalmente daquele Setor. Sendo importante frisar que nos dias de hoje, as ruas em sua maior parte estão com muitos buracos, são um dos grandes problemas de nossos Municípios, sendo que é de conhecimento de todos o quão difícil é transitar em meio a esses buracos não somente de automóveis, mais também para os pedestres.

Dessa forma solicito apoio de vossas excelências para aprovação de nossa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2014.

Dep. Professora Stella – PR

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – DEM - Indica ao Governo do Estado, a necessidade de viabilizar parceria com a Eletrobrás – Distribuição Rondônia – com vistas a prestar assistência Técnicas na área de energia elétrica aos produtores e agricultores familiares no estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, com amparo regimental (Art. 188 – DI ALE) indica ao Governo do Estado a necessidade de viabilizar parceria com a Eletrobrás – Distribuição Rondônia, com vistas a prestação de assistência técnica na área de energia elétrica aos produtores e agricultores familiares, no estado de Rondônia – quando da criação de pequenas agroindústrias; na parte que diz respeito as instalações de subestações e instalações elétricas nessas propriedades ou associações, pois estes produtores e agricultores familiares – estão se organizando e produzindo riquezas para o estado, isso com sua própria mão de obra familiar.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A finalidade da presente indicação é para solicitar ao Governo do Estado a necessidade de viabilizar parceria com a Eletrobrás – Distribuição Rondônia com vista a prestar assistência técnica na área de energia elétrica, aos produtores e agricultores familiares do estado de Rondônia. A dita parceria consiste em que a Eletrobrás – Distribuição Rondônia designe seus técnicos para realizar, implantar subestações de energia elétrica e instalações de redes, linhas e padrões de energia elétrica nas pequenas agroindústrias e associações de produtores e agricultores familiares rurais. nobres Pares, os agricultores e produtores familiares são uma força de trabalho, que produz riquezas, para a mesa das famílias rondonienses. É uma mão de obra familiar, que reduz custos nas transformações da matéria prima rural em produtos de consumo. Esses produtores familiares na sua maioria, até final de 2014, receberão dos governos estadual e federal 2.750 residências rurais. O PAA (Programa de Aquisição de Alimento) MDA, com parceria com o Governo Estadual atenderá escolas, creches e instituições beneficentes.

Os recursos da aplicação do crédito rural para o plano Safra 2013/2014, é uma certeza de que aplicar no campo tem retorno garantido. Vale salientar que a regularização fundiária implantada através do Governo do Estado e (MDA), que já entregou 5.000 títulos, beneficiando na sua maioria os produtores e agricultores familiares. Todas essas ações estão em implementação no atual governo, que segundo o Secretário da SEAGRI, Evandro Padovani, fortalecem a agricultura familiar e o agronegócio como um todo. Essa parceria, dentre outros objetivos, é o com o desenvolvimento de assistência técnica na área de energia elétrica, capacitação e organização da agricultura familiar, para efetivação de programas de agronegócios, bovinocultura leiteira, agroindústria, cafeicultura e outros agronegócios. Por meio adequado essas ações por certo alcançarão os produtores da agricultura familiar, tanto na área urbana, distritos e demais comunidades rurais do

Estado. Os produtores e agricultores familiares necessitam ter condições nas pequenas agroindústria e associações familiares.

Ante o exposto, peço aos nobres Pares, apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2014.

Dep. Jean Oliveira – PSDB - Líder bloco Socialista.

INDICAÇÃO DEPUTADO VALDIVINO TUCURA – PRP - Indica ao Poder Executivo, com cópia para o DETRAN, a necessidade da promoção de campanha educativa em âmbito estadual objetivando o esclarecimento dos usuários do sistema de trânsito quanto a necessidade de regularização para uso de semirreboque e de reboque por veículos automotores, em cumprimento ao código de trânsito brasileiro.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno e ouvindo douto Plenário, indica ao Poder Executivo, com cópia para o DETRAN, a necessidade da promoção de campanha educativa em âmbito estadual objetivando o esclarecimento dos usuários do sistema de trânsito quanto a necessidade de regularização para uso de semirreboque e de reboque por veículos automotores, em cumprimento ao Código de Trânsito brasileiro.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

É de grande importância a aprovação desta proposição, pois os pequenos empresários, trabalhadores e produtores rurais utilizam de reboques e semirreboques acoplados aos seus veículos automotores, como ferramenta de trabalho, especificamente para o transporte de produtos materiais e o escoamento de produção agropecuária, muitas vezes trafegando pelas rodovias e vias urbanas, são constantemente abordados pela fiscalização de trânsito e que, devido as “carretinhas” não estarem regularizadas junto ao DETRAN são apreendidas pelas autoridades. O Código de Trânsito Brasileiro – CTB, vedada motocicletas rebocarem outro veículo. Com a edição da Lei nº 10.571/2002, alterando o art. 244 do CTB, o tracionamento passou a ser permitido desde que em forma de semirreboques especialmente projetados para essa finalidade, mas devidamente homologados pelo órgão competente.

Especificamente em relação ao semirreboque, o Conselho Nacional de Trânsito através da Resolução nº 273/2008, regulamentou o seu uso por motocicletas prevendo dentre outras situações ainda que sejam observados os limites de capacidade ou de capacidade de tração indicados pelo fabricante ou importador da motocicleta ou da motoneta. Essa capacidade deve constar no campo de observação do certificado de registro e licenciamento de veículos - CRLV. As dimensões máximas do semirreboque segundo as normas do CONTRAN são: Largura de 1m15cm altura 0,90m e comprimento total de até 2,15m.

Como grande maioria dos semirreboques que transitam pelo nosso Estado são artesanais verifica-se a necessidade de esclarecimentos aos seus proprietários quanto a forma correta

de sua utilização, encaminhando até o mesmo, se for o caso, pela conscientização da necessidade de troca por outro semirreboque dentro dos padrões legais e devidamente documentados pelo DETRAN, e aqui, como ação social, o Estado poderia disponibilizar linha de crédito específico através do banco do Povo.

Tal indicação se justifica ainda, tendo em vista o grande alcance social, na medida em que os usuários de semirreboques acoplados em motocicletas, na sua maioria são pessoas de baixa renda e que se utilizam desse meio de transporte como imprescindível para a realização de seus trabalhos e consequentemente o ganho do sustento da família.

Assim indicamos pela necessidade de campanha esclarecedora a ser realizada pelo DETRAN/RO em conjunto com a polícia militar, para que seja oportunizada aos usuários que utilizam reboque e semirreboque o esclarecimento quanto a forma legal de utilização.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2014.

Dep. Valdivino Tucura – PRP.

INDICAÇÃO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB - Indica ao senhor Governador, através do DER, celeridade na execução da pavimentação asfáltica da Rua Jussara ligando a Av. Amazonas ao conjunto Habitacional Orgulho do Madeira no Bairro jardim Santana, no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador, celeridade na execução da pavimentação asfáltica da Rua Jussara ligando a Av. Amazonas ao conjunto Habitacional Orgulho do Madeira no Bairro Jardim Santana, no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

O atendimento desta solicitação é de suma importância para essa comunidade, pois, atendendo essa demanda, facilitará a população desses conjuntos que será contemplada com duas vias de fácil acesso a Av. Raimundo Cantuária e Av. Amazonas, trazendo maior integração e desenvolvimento aos Bairros jardim Santana, Socialista e Pantanal.

Portanto, conto com a grandeza e sensibilidade dos nobres Pares no acolhimento de nossa proposição que vem ao encontro dos anseios dessa população.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2014.

Dep. Zequinha Araújo – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO – PMDB - Requer a realização de Audiência Pública no dia 13 de maio de 2014, às 9h no Plenário desta Casa de Leis, tendo por objetivo a Exploração do Relatório das metas planejadas e executadas na Gestão 2013 da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, apresentado pelo Secretário desta pasta.

O Deputado que o presente subscreve, requer nos termos regimentais, necessários, que seja aprovada realização de Audiência Pública no dia 13 de maio de 2014, às 9h no Plenário desta Casa de Leis, tendo por objetivo a exposição do Relatório das metas Planejadas e Executadas na Gestão 2013 da Secretaria de Estado da Saúde, apresentada pelo Secretário desta pasta.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta proposição visa realizar Audiência Pública, em cumprimento a Lei Complementar nº 141/12, da União, com a finalidade de expor o Relatório das metas planejadas e executadas da Secretaria de Estado da Saúde da Gestão de 2013, em que será apresentada pelo Secretário da devida pasta, demonstrando assim, transparência e responsabilidade em sua gestão junto essa Casa Legislativa e a população do Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 6 de maio de 2014.
Dep. Zequinha Araújo – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADA PROFESSORA STELLA – PR - “Indica pedido para Construção de uma ponte de Concreto na rua São Paulo setor 05 no município de Jarú.”

A Deputada que subscreve, ouvindo o Plenário na forma regimental, indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade da Construção de uma Ponte de Concreto à Rua São Paulo Setor 05, no município de Jarú.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Visando a melhoria na qualidade de vida dos moradores de Jarú, sendo estes idosos, adultos e principalmente crianças é que fora solicitado pela Vereadora de Jarú Roseli Capelini Batista, através do Ofício nº 42/CMJ/RCB/14, a construção da Ponte de Concreto. A Rua São Paulo Setor 05, com o objetivo de atender os moradores desse Município. Levando em consideração que a construção da Ponte é necessidade para inclusive resguardar a integridade física e a própria vida daqueles que diariamente precisam trafegar por ali, se fazendo necessário diante do difícil acesso. Tendo em vista que somente há uma ponte deteriorada, fato este que causa grandes riscos a população em geral.

Outrossim, a situação vem causando muitos transtornos aos moradores, famílias e as crianças que precisam se utilizar da ponte para poderem ir as escolas com dificuldades para atravessar onde arriscam suas vidas para não faltarem as aulas.

Desta forma solicito apoio de vossas excelências para aprovação de nossa indicação.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2014.
Dep. Professora Stella - PR

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/ALE/2011

PROCESSO Nº. nº. 00793/2011 – ALE/RO – VOLUME IV

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

CONTRATADO: EMPRESA MARIA JOSÉ DA SILVA-ME.

OBJETO: referente à Prestação de serviços de Buffet (almoço/jantar) e de Coquetel, Coffee Break, Café da Manhã, Brunchs, Lanches/pizzas e sucos, com a disponibilização de todo o material de apoio necessário, e infraestrutura (espaço físico/local e complementos).

PRAZO: é de 12 (doze) meses, a contar de 23 de maio de 2014 e com término em 22 de maio de 2015.

VALOR: Para cobertura das despesas relativas ao corrente do exercício financeiro, o valor dos serviços prestados corresponde a R\$ 349.891,50 (trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, correrão à conta da seguinte programação:

Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 e 400092/ UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339039 - Nota de Empenho - 2014NE00026 de 03/01/2014 e 2014NE00491 de 13/05/2014.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes, e registrado às fls. 12 (doze) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2014 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 19 de maio de 2014.

CONTRATANTE:

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado José Hermínio Coelho - Presidente
Arido Lopes da Silva – Secretário-Geral

CONTRATADA:

Maria José da Silva M.E. - Cnpj: 07.173.816/0001-66
Maria Jose da Silva - Titular
Robson Silva dos Santos - Representante Legal

Visto: CELSO CECCATTO - Advogado-Geral/ALE